



CURSO POPULAR DEFENSORIA

1º Simulado do Curso Popular da Defensoria

LEIA ATENTAMENTE AS REGRAS

- Verifique se este caderno contém 100 questões, numeradas de 1 a 100.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS na última página.
- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS.
- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitido o uso de lápis, lapiseira, marca-texto ou borracha.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitido qualquer tipo de consulta.
- Duração da prova é de 5 horas, para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, você poderá levar todo o material, sendo o gabarito disponibilizado posteriormente.



Direito Constitucional

1. Uma lei estadual é promulgada prevendo diversas condutas vedadas, posto que são consideradas maus-tratos a animais. Um trecho da normativa, entretanto, prevê que tais vedações não se aplicam para o sacrifício de animais em rituais de cultos de religiões de matriz africana. É ajuizada Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo alegando inconstitucionalidade formal e material desta previsão que permite o sacrifício em determinadas situações. Diante do exposto, é correto afirmar:

(A) Sob o aspecto formal, a lei estadual violou a competência da União para legislar sobre direito penal. Isso porque o texto legal teria criado uma causa excludente de ilicitude para afastar a incidência de crime ambiental.

(B) Sob o aspecto formal, a lei estadual violou competência da União para legislar sobre direito ambiental.

(C) Há inconstitucionalidade material considerando que a lei estadual somente permitiu o sacrifício de animais nos cultos de matriz africana, deixando de fora da regra os cultos de outras religiões.

(D) Em âmbito estadual, cabe à Constituição do Estado definir quais são as pessoas que têm legitimidade para propor a ação. Inclusive a Constituição Estadual poderá instituir outros legitimados que não encontram correspondência no art. 103 da CF/88.

(E) Coexistindo duas ações diretas de inconstitucionalidade sobre a referida lei estadual, uma ajuizada perante o tribunal de justiça local e outra perante o STF, o julgamento da primeira – estadual – prejudica, em qualquer hipótese, o da segunda – perante o STF.

2. Sobre as ações de controle concreto de constitucionalidade, escolha a alternativa incorreta:

(A) É possível a celebração de acordo num processo de índole objetiva, como a ADPF, sendo que o Supremo deverá legitimar alguma das teses jurídicas defendidas pelas partes no processo.

(B) Em regra, o STF não admite a “teoria da transcendência dos motivos determinantes”.

(C) É cabível de ADI contra lei ou ato normativo que violou tratado ou convenção internacional que trate sobre direitos

humanos e que tenha sido aprovado segundo a regra do § 3º do art. 5º, da CF/88.

(D) Se não foi atingido o número mínimo de votos para a declaração de inconstitucionalidade da lei, não sendo alcançado o quórum exigido pelo art. 97 da CF/88, entende-se que o STF não se pronunciou sobre juízo de constitucionalidade ou inconstitucionalidade.

(E) O STF, ao julgar as ações de controle abstrato de constitucionalidade, não está vinculado aos fundamentos jurídicos invocados pelo autor.

3. A liberdade de expressão é um dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal. Contudo, nos últimos anos, diversos eventos demonstraram severo ataque a este direito basilar. Tem sido recorrente o ajuizamento de ações para que sejam retiradas reportagens jornalísticas de sítios eletrônicos, além de já terem sido recolhidos livros em feira literária-cultural, bem como já ter sido impedida a encenação de uma peça teatral. Diante do tema exposto, assinale a alternativa incorreta:

(A) O STF tem sido mais flexível na admissão de reclamação em matéria de liberdade de expressão, em razão da persistente vulneração desse direito na cultura brasileira, inclusive por via judicial. Diante disso, se uma decisão judicial determina que se retire do site de uma revista determinada matéria jornalística, esta decisão viola a orientação do STF, cabendo reclamação.

(B) No julgamento da ADPF 130, o STF proibiu enfaticamente a censura de publicações jornalísticas, bem como tornou excepcional qualquer tipo de intervenção estatal na divulgação de notícias e de opiniões.

(C) Em regra, a colisão da liberdade de expressão com os direitos da personalidade deve ser resolvida primordialmente pela retificação, pelo direito de resposta ou pela reparação civil.

(D) Podem ser utilizados como critérios a serem considerados na ponderação entre a liberdade de expressão e os direitos da personalidade: a veracidade do fato, a licitude do meio empregado na obtenção da informação, ser a personalidade pública ou privada, local e natureza do fato, existência de interesse público na divulgação e



preferência por sanções a posteriori, que não envolvam a proibição prévia da divulgação.

(E) Para que seja publicada uma biografia é necessária a autorização prévia do indivíduo biografado e das demais pessoas retratadas. Essa autorização prévia não seria uma forma de censura, não sendo compatível com a liberdade de expressão consagrada pela CF/88.

4. Em relação às competências legislativas, assinale a alternativa incorreta:

(A) A Constituição Estadual pode prever que o Estado e os Municípios deverão reservar vagas para pessoas com deficiência.

(B) Lei estadual pode proibir que as concessionárias de energia elétrica cobrem um valor do consumidor para a religação do serviço que havia sido suspenso por inadimplemento.

(C) É constitucional lei municipal que estabelece que os supermercados ficam obrigados a colocar à disposição dos consumidores pessoal suficiente nos caixas, de forma que a espera na fila não seja superior a 15 minutos.

(D) É inconstitucional lei municipal que institua loteria local.

(E) São inconstitucionais leis municipais que proíbam o serviço de transporte de passageiros mediante aplicativo.

5. A respeito do processo legislativo, assinale a alternativa incorreta:

(A) A Constituição Estadual só pode exigir lei complementar para tratar das matérias que a Constituição Federal também exigiu lei complementar

(B) A proposta de Emenda Constitucional pode ser apresentada por 1/3 dos membros da Câmara dos Deputados ou do Senado Federal;

(C) A iniciativa popular pode ser exercida pela apresentação à Câmara dos Deputados de projeto de lei subscrito por, no mínimo, um por cento do eleitorado nacional, distribuído pelo menos por cinco Estados, com não menos de três décimos por cento dos eleitores de cada um deles.

(D) As Medidas Provisórias podem tratar sobre matéria ambiental, independente de seu conteúdo.

(E) É vedada Lei Delegada que verse sobre nacionalidade, cidadania, direitos individuais, políticos e eleitorais.

6. A respeito do Sistema de Defesa do Estado e das Instituições Democráticas, assinale a alternativa correta:

(A) Uma das hipóteses de decretação do Estado de Defesa é a ineficácia de medida tomada durante o Estado de Sítio.

(B) O tempo de duração do Estado de Sítio não será superior a 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.

(C) As imunidades parlamentares ficarão restritas tanto no Estado de Defesa como no de Sítio.

(D) Tanto os policiais militares quanto os civis não possuem direito de greve.

(E) As punições disciplinares aplicadas aos militares não podem, em qualquer hipótese, ser atacadas via Habeas Corpus

7. Sobre o Direito à educação, conforme disciplina da CF/88 e entendimentos dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta:

(A) A educação básica obrigatória e gratuita abrange as idades de 4 aos 17 anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria

(B) Não é possível, atualmente, o homeschooling no Brasil

(C) O ensino religioso, de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental.

(D) O atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência deve ocorrer preferencialmente na rede regular de ensino.

(E) As Universidades públicas não podem cobrar mensalidade em cursos de especialização

8. Acerca do constitucionalismo e da teoria constitucional, assinale a alternativa correta:

(A) Segundo a cláusula não-obstante, adotada, por exemplo, no Canadá, o Parlamento pode, formalmente, superar decisão da Corte Constitucional que reconheça a inconstitucionalidade de lei ou



ato normativo. No Brasil, tal possibilidade não se mostra viável, tendo em vista que o STF tem sempre a última palavra em matéria constitucional, não sendo possível o fenômeno da superação legislativa.

(B) O neoconstitucionalismo é um fenômeno que identifica uma série de transformações ocorridas no Estado e no direito constitucional, nas últimas décadas, que tem como marco filosófico o pós-positivismo; como marco histórico, a formação do Estado constitucional de direito, após a 2ª. Guerra Mundial; e, como marco teórico, a expansão da jurisdição constitucional e o desenvolvimento de uma nova dogmática da interpretação constitucional.

(C) A jurisdição constitucional forte adota o posicionamento de que, embora os Tribunais detenham poder de proteger direitos, ocorre a desvinculação do controle de constitucionalidade da supremacia judicial ao dar poderes ao parlamento de ter a última palavra.

(D) Constitucionalismo multinível é termo cunhado por Marcelo Neves e traz a ideia de entrelaçamento entre as diversas ordens jurídicas constitucionais para a solução de problemas afins. Esse termo trabalha no sentido de fazer com que um determinado problema seja combatido da mesma forma em vários Estados.

(E) O novo constitucionalismo latino-americano sedimenta-se na ideia de Estado plurinacional, reconhecendo, constitucionalmente, o direito à diversidade cultural e à identidade e, assim, revendo os conceitos de legitimidade e participação popular, especialmente de parcela da população historicamente excluída dos processos de decisão, como a população indígena, estando plenamente consolidado no Estado brasileiro.

9. Reconhece a inexistência de identidade entre a norma jurídica e o texto normativo. O teor literal da norma (elemento literal da doutrina clássica), que será considerado pelo intérprete, deve ser analisado à luz da concretização da norma em sua realidade social.

O trecho acima diz respeito a qual método de interpretação constitucional?

- (A) Normativo-estruturante
(B) Hermenêutico clássico

- (C) Hermenêutico-concretizador
(D) Científico-espiritual
(E) Tópico-problemático

10. A respeito das mutações constitucionais, assinale a alternativa incorreta:

(A) A mutação constitucional é método informal de alteração da Constituição, pelo qual se dá novo sentido a uma norma constitucional sem a modificação de seu texto, isto é, sem o processo formal de alteração por meio de emendas (art. 60, CF). Por ela, privilegia-se o caráter dinâmico e prospectivo da Constituição.

(B) Um dos mecanismos pelos quais é possível que se dê a mutação constitucional é pela atuação do legislador.

(C) Conforme já decidiu o STF, não é possível que a mutação se dê com base em costumes.

(D) A jurisprudência do STF estabelece que a mutação constitucional pode ocorrer quando constatada consequência prática negativa de determinada linha de entendimento.

(E) Recentemente, aplicando o conceito de mutação, o STF decidiu pela desnecessidade de prévia autorização da Assembleia Legislativa para a que o STJ receba denúncia contra Governador do Estado por crime comum, diferentemente do que se dá para o Presidente da República.

Direito Administrativo e Tributário

11. João e José dividiam cela com outros 20 detentos, sendo que pelas normativas legais, apenas deveriam ocupar salutarmente o espaço 4 detentos. Tal realidade gerava situações insalubres de higiene, bem como impedia que todos os presos dormissem ao mesmo tempo, por falta de espaço físico. A situação relatada perdurou por meses, tendo João mencionado expressamente às autoridades que “a situação estava insuportável”. Diante da situação, disposta, assinale a alternativa incorreta:

(A) Por conta da falta de espaço, inicia-se uma briga, na qual João é morto pelos demais detentos. Neste caso, a morte de detento gera responsabilidade civil objetiva para o Estado em decorrência da sua omissão específica em cumprir o dever especial de proteção que lhe é imposto pelo art. 5º, XLIX, da CF/88.



(B) O Estado poderá ser dispensado de indenizar civilmente por morte de detento se ficar demonstrado que ele não tinha a efetiva possibilidade de evitar a ocorrência do dano.

(C) José não mais suportando as condições do cárcere, comete suicídio com um objeto perfurocortante que ingressou irregularmente no presídio. Aqui, o Estado responderá civilmente pela morte de José.

(D) Cumprida a pena, João ingressa com ação de indenização por danos morais contra o Estado. A ação deverá ser julgada procedente.

(E) No caso de ação de indenização por danos morais, o Estado poderá defender-se com a aplicação da teoria da reserva do possível.

12. Quanto aos temas tocantes aos concursos públicos, considerando os ditames legais e jurisprudenciais, assinale a alternativa incorreta:

(A) É constitucional a remarcação de curso de formação para o cargo de agente penitenciário feminino de candidata que esteja lactante à época de sua realização, independentemente da previsão expressa em edital do concurso público.

(B) Em geral, os candidatos em concurso público não têm direito à prova de segunda chamada nos testes de aptidão física em razão de circunstâncias pessoais, ainda que de caráter fisiológico ou de força maior, salvo se houver previsão no edital permitindo essa possibilidade.

(C) É desnecessária a formação de litisconsórcio necessário com os demais candidatos em situação na qual se discuta situação pessoal de eliminação de candidato em determinada fase de concurso público.

(D) Na hipótese de posse em cargo público determinada por decisão judicial que reconhece erro da Administração Pública, o servidor faz jus à indenização, sob fundamento de que deveria ter sido investido em momento anterior, mesmo que não haja situação de arbitrariedade flagrante.

(E) A desistência de candidatos melhor classificados em concurso público convola a mera expectativa em direito líquido e certo, garantindo a nomeação dos candidatos que passarem a constar dentro do número de vagas previstas no edital.

13. No tocante às licitações e contratos, considerando a Lei nº 8.666/93, assinale a alternativa incorreta:

(A) A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

(B) É dispensável a licitação quando houver inviabilidade de competição.

(C) Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista no edital ou no convite, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido, nem preço ou vantagem baseada nas ofertas dos demais licitantes.

(D) Em regra, as cláusulas econômico-financeiras e monetárias dos contratos administrativos não poderão ser alteradas sem prévia concordância do contratado.

(E) A declaração de nulidade do contrato administrativo opera retroativamente impedindo os efeitos jurídicos que ele, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

14. Sobre os princípios da Administração Pública, explícitos ou implícitos, assinale a alternativa incorreta:

(A) Se motivados, os atos da Administração podem ser praticados de forma sigilosa.

(B) Segundo alguns doutrinadores, há, hodiernamente, uma crise da concepção tradicional da legalidade.

(C) É legítima a divulgação de vencimentos de servidor público.

(D) É inconstitucional lei estadual que excepciona a vedação da prática de nepotismo, permitindo que sejam nomeados para cargos em comissão até dois parentes das autarquias estaduais.

(E) Segundo a doutrina Chenery, o Poder Judiciário não pode anular um ato político adotado pela administração pública sob o argumento de que ele não se valeu de metodologia técnica.



15. “Ato administrativo unilateral, discricionário, precário e sem licitação por meio do qual o Poder Público faculta o uso de bem público a determinado particular em atenção a interesse predominantemente privado” (Mazza, Manual de Direito Administrativo, 2018).

O trecho acima refere-se a:

- (A) Autorização de uso
- (B) Concessão de uso
- (C) Permissão de uso
- (D) Concessão de direito real de uso
- (E) Aforamento

16. Acerca da Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/92), assinale a alternativa correta:

- (A) Conforme decidiu o STF, o Prefeito não pode ser duplamente responsabilizado, pelo mesmo fato, perante a Lei de Improbidade e por crime de responsabilidade (Decreto-lei 201/67), uma vez que constituiria bis in idem.
- (B) Seguindo o princípio da legalidade, a jurisprudência entende que não é possível a condenação na forma culposa com base na Lei de Improbidade.
- (C) São imprescritíveis as ações de ressarcimento ao erário fundadas na prática de ato tipificado na Lei de Improbidade Administrativa
- (D) O STJ entende que no caso de dispensa ilegal do procedimento licitatório é necessário comprovar o prejuízo ao erário especificamente.
- (E) É permitida a solução consensual no rito do processo da Lei de Improbidade, inclusive com a previsão de cabimento da celebração de acordo de não persecução cível.

17. Sobre a desapropriação, assinale a alternativa correta:

- (A) De acordo com o entendimento pacífico de doutrina e jurisprudência, o prazo prescricional no caso de ação de desapropriação indireta é, em regra, de 10 anos; excepcionalmente, será de 5 anos caso se comprove que não foram feitas obras ou serviços públicos no local.
- (B) No rito da ação de desapropriação por utilidade pública, por conta da inafastabilidade do Poder Judiciário, pode o juiz fazer o controle a respeito da presença ou não da utilidade pública.

(C) Por conta do princípio da instrumentalidade das formas, é cabível reparação decorrente de limitações administrativas em ação de desapropriação indireta.

(D) O direito de extensão é uma criação jurisprudencial, sem base legal, que permite que aquele cujo bem for prejudicado extraordinariamente em sua destinação econômica pela desapropriação de áreas contíguas possa reclamar perdas e danos do expropriante.

(E) É possível que o expropriante desista da ação de desapropriação desde que ainda não tenha havido o pagamento integral do preço e o imóvel possa ser devolvido sem que ele tenha sido alterado de forma substancial, sendo ônus do expropriante provar a existência de fato impeditivo do direito de desistência da desapropriação.

18. A respeito da normativa constitucional e legal acerca do ICMS, assinale a alternativa correta, considerando a jurisprudência dos tribunais superiores:

(A) A Constituição Federal impõe a obrigatoriedade de o ICMS ser seletivo, isto é, variar a alíquota de acordo com a essencialidade das mercadorias e dos serviços;

(B) É possível que o Senador Federal fixe as alíquotas máximas nas mesmas operações de ICMS para resolver conflito específico que envolva interesse de Estados, mediante resolução de iniciativa da maioria absoluta e aprovada por dois terços de seus membros;

(C) O adquirente, ainda que de boa-fé, pode ser responsabilizado pelo tributo que deixou de ser oportunamente recolhido pela empresa vendedora que realizou a operação mediante indevida emissão de nota fiscal fraudulenta, dadas as regras específicas de solidariedade tributária.

(D) Conforme recente virada jurisprudencial, restou consolidado que não é devida a restituição da diferença do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS pago a mais no regime de substituição tributária para frente se a base de cálculo efetiva da operação for inferior à presumida.

(E) O ICMS incide sobre o serviço dos provedores de acesso à Internet, mas não sobre o de habilitação de telefone celular.



19. Sobre o Imposto Predial Territorial Urbano e demais taxas sobre imóvel urbano, assinale a alternativa correta:

(A) O locatário possui legitimidade ativa para discutir a relação jurídico-tributária de IPTU e de taxas referentes ao imóvel alugado, bem como para repetir indébito desses tributos.

(B) Se o contrato de locação prever a responsabilidade do locatário pelo pagamento do IPTU, o Fisco não poderá exercer seu direito contra o proprietário.

(C) A taxa cobrada exclusivamente em razão dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, viola a Constituição Federal.

(D) É facultado ao Poder Público municipal, mediante lei específica para área incluída no plano diretor, exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento, sob pena, de aplicar imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana progressivo no tempo.

(E) O adquirente de um imóvel com dívidas relativas ao IPTU não será obrigado ou responsável por este débito, devendo o Fisco cobrar eventual dívida do antigo proprietário.

20. Sobre a suspensão do crédito tributário, é incorreto afirmar:

(A) As normas que tratam sobre a suspensão do crédito tributário devem ser interpretadas de forma restritiva.

(B) Dentre as modalidades de suspensão do crédito tributário pode-se citar o parcelamento, a moratória e o depósito do montante integral do valor. Em nenhuma dessas hipóteses haverá a dispensa de cumprimento das obrigações acessórias.

(C) O parcelamento dos créditos tributários depende de lei específica a ser editada pelo ente da federação com competência para a instituição do tributo.

(D) Em respeito ao princípio da impessoalidade, não é permitido que a moratória seja concedida de forma individualizada, devendo ser concedida apenas em caráter geral.

(E) É possível a efetivação do depósito que suspende a exigibilidade do crédito fiscal mesmo antes da realização do lançamento, hipótese em que não se impede a

constituição do crédito, mas apenas a promoção, por parte da Administração Tributária, de atos de cobrança do tributo.

Direito Penal

21. Sobre as excludentes de ilicitude, causas extintivas da punibilidade e arrependimento posterior, assinale a alternativa correta:

(A) As excludentes de ilicitude fazem parte de um rol taxativo.

(B) De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça o pagamento do débito oriundo de furto de energia elétrica antes do recebimento da denúncia é causa de extinção da punibilidade.

(C) De acordo com a lei, considera-se em estado de necessidade quem pratica o fato para salvar de perigo atual e iminente, que não provocou por sua vontade, nem podia de outro modo evitar, direito próprio ou alheio, cujo sacrifício, nas circunstâncias, não era razoável exigir-se.

(D) O Superior Tribunal de Justiça admite a aplicação do instituto do arrependimento posterior a crimes não patrimoniais.

(E) O arrependimento posterior (art. 16 do CP), por possuir natureza objetiva, deve ser estendido aos corréus.

22. Assinale a alternativa incorreta acerca do princípio da insignificância:

(A) O STF e o STJ, a depender do caso concreto, reconhece a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância para o crime de posse ou porte ilegal de pouca quantidade de munição desacompanhada da arma.

(B) De acordo com o entendimento sumular do STJ, o princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.

(C) É possível a aplicação do princípio da insignificância aos crimes ambientais.

(D) De acordo com o STJ, a violência física é incompatível com os vetores da insignificância.

(E) O princípio da insignificância não pode ser reconhecido após a sentença penal condenatória.



23. Qual das alternativas abaixo não pode ser classificada como uma teoria criminológica do consenso?

- (A) Escola de Chicago
- (B) Teoria da associação diferencial
- (C) Teoria da anomia
- (D) Teoria da subcultura do delinquente
- (E) Teoria do etiquetamento

24. Acerca do crime de roubo, assinale a opção incorreta.

- (A) O delito de roubo, assim como o de furto, consuma-se no momento em que o agente se torna possuidor da coisa alheia móvel, ainda que por poucos instantes, sendo prescindível a posse mansa, pacífica, tranquila e desviada do bem. Dessa forma, prevalece, a teoria da amotio ou apprehensio junto ao Superior Tribunal de Justiça.
- (B) A violência imprópria é caracterizada quando o agente, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.
- (C) A pena do roubo será aplicada em dobro caso a violência ou grave ameaça seja exercida com o emprego de arma de fogo de uso restrito ou proibido.
- (D) Conforme tese institucional da DPE-SP, caso o bem subtraído seja insignificante, é possível a desclassificação do crime de roubo para o crime subsidiário.
- (E) O roubo impróprio fica caracterizado quando o agente, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

25. Assinale a opção correta com relação aos crimes contra a dignidade sexual.

- (A) O crime de importunação sexual admite a suspensão condicional do processo (artigo 89 da Lei nº 9099/95).
- (B) A mera conduta consistente em manter “casa de prostituição” constitui crime, não sendo necessária a prova de que, no local, ocorre exploração sexual.
- (C) Atualmente, no crime de estupro cometido contra vítima maior de 18 anos, apenas

procede-se mediante ação pública condicionada à representação da vítima.

(D) O crime de violação sexual mediante fraude, previsto no artigo 215 do Código Penal, constitui crime hediondo.

(E) Considera-se vulnerável, para fins de tipificação do crime de estupro de vulnerável, o menor de 16 anos, ainda que possua o necessário discernimento para a prática do ato.

26. Maria concorria a uma vaga no Mestrado em Direito em uma Universidade particular e, a fim de comprovar que possuía as qualificações requeridas pelo edital de seleção dos candidatos, inseriu em seu currículo “Lattes” (CNPq) informação falsa no sentido que havia publicado um artigo científico em revista de renome. Ainda, apresentou diploma falso de graduação, supostamente emitido pela Universidade Federal de seu Estado. Acerca da conduta de Maria, assinale a alternativa correta:

(A) Em relação à falsificação do currículo “Lattes”, Maria não responderá por nenhum crime, pois constitui fato atípico. Já em relação ao diploma falso de graduação, Maria responderá pelo crime de uso de documento público falso.

(B) Em relação à falsificação do currículo “Lattes”, Maria responderá pelo crime de falsidade ideológica. Já em relação ao diploma falso de graduação, Maria responderá pelo crime de uso de documento público falso.

(C) Em relação à falsificação do currículo “Lattes”, Maria não responderá por nenhum crime, pois constitui fato atípico. Já em relação ao diploma falso de graduação, Maria responderá pelo crime de falsificação de documento público.

(D) As condutas praticadas por Maria não constituem crime, pois foram praticadas em desfavor de universidade particular, não atingindo a fé pública, portanto.

(E) Em relação à falsificação do currículo “Lattes”, Maria não responderá por nenhum crime, pois constitui fato atípico. Já em relação ao diploma falso de graduação, Maria responderá pelo crime de uso de documento particular falso.

27. Acerca dos crimes previstos na Lei nº 11.343/2006 (Lei de Drogas) e suas



consequências penais, assinale a alternativa correta:

(A) O crime de associação para o tráfico tem natureza hedionda e a progressão de regime prisional desse tipo de crime ocorre após o cumprimento de 40% da pena — se o condenado for primário — ou de 60% da pena — se reincidente.

(B) Segundo a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a condenação anterior por delito previsto no artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 não faz incidir a circunstância agravante relativa à reincidência.

(C) As sanções previstas para o delito do artigo 28 da Lei nº 11.343/2006 prescrevem em três anos, menor prazo prescricional previsto no Código Penal.

(D) A pena fixada pelo crime de tráfico de drogas será cumprida inicialmente no regime fechado, independentemente da quantidade de pena fixada.

(E) Segundo a Lei nº 11.343/2006, o grau de pureza da droga é utilizado como um dos parâmetros para a fixação da pena do crime de tráfico de drogas.

28. No que se refere à Lei de Execuções Criminais, marque a alternativa incorreta:

(A) A pena privativa de liberdade será executada em forma progressiva com a transferência para regime menos rigoroso, a ser determinada pelo juiz, quando o preso tiver cumprido ao menos 20% (vinte por cento) da pena, se o apenado for reincidente em crime cometido sem violência à pessoa ou grave ameaça.

(B) Não terá direito à permissão de saída o condenado que cumpre pena por praticar crime hediondo com resultado morte.

(C) A prática de fato previsto como crime doloso constitui falta grave e, quando ocasionar subversão da ordem ou disciplina internas, sujeitará o preso provisório, ou condenado, nacional ou estrangeiro, sem prejuízo da sanção penal, ao regime disciplinar diferenciado, sendo permitida a fiscalização do conteúdo da correspondência.

(D) Deve ser viabilizado ao titular de dados genéticos o acesso aos seus dados constantes nos bancos de perfis genéticos, bem como a todos os documentos da cadeia de custódia que gerou esse dado, de maneira que possa ser contraditado pela defesa.

(E) Comete falta grave o condenado à pena privativa de liberdade que recusar submeter-se ao procedimento de identificação do perfil genético.

29. O Estado contemporâneo, de natureza laica, não se encontra legitimado para impor aos cidadãos códigos morais. Por isso, a pena de prisão não pode ter por fim transformar o homem criminoso num bom pai de família. A liberdade de consciência não sofre qualquer restrição por via da sujeição a uma pena de prisão. Qual princípio se relaciona com o texto acima?

(A) Numerus clausus

(B) Less eligibility

(C) Secularização

(D) Transcendência mínima

(E) Não marginalização

30. Sobre o instituto da remição, marque a alternativa correta:

(A) O condenado que cumpre pena em regime aberto ou semiaberto, exceto o que usufrui liberdade condicional poderão remir, pela frequência a curso de ensino regular ou de educação profissional, parte do tempo de execução da pena ou do período de prova, observado o disposto no inciso I do § 1º deste artigo.

(B) É possível a remição de parte do tempo de execução da pena quando o condenado, em todos os regimes, desempenha atividade laborativa, ainda que extramuros.

(C) A remição prescinde de reconhecimento por decisão judicial, uma vez que a simples comprovação documental já garante o desconto da pena.

(D) O tempo remido é computado como pena cumprida para todos os efeitos, salvo para fins de extinção da pena daqueles que atingirem o limite de 40 anos, previsto no art. 75 do CP.

(E) O cálculo da remição pelo trabalho em horas pode ser admitido em caso de jornada extraordinária, ou seja, quando o trabalho diário exceder a 8 horas.

Direito Processual Penal

31. Márcio está sendo processado pelo cometimento do crime previsto no art. 157, *caput*, do Código Penal. Ao ser citado sobre os termos da ação



penal movida em seu desfavor, informou ao oficial de justiça que possuía defensor constituído, informando o nome do advogado e o respectivo número de inscrição na OAB. No entanto, houve o transcurso do prazo legal para apresentação de resposta escrita à acusação, sem que o defensor contratado por Márcio tenha adotado as providências que lhe competiam. Diante do referido cenário, escolha a alternativa que melhor representa a orientação das cortes superiores sobre o tema:

(A) O magistrado deverá, por força do que dispõe o art. 396-A, § 2º, do CPP, providenciar a imediata nomeação de defensor dativo para representar os interesses de Márcio na ação penal.

(B) O magistrado deverá, por força do que dispõe o art. 396-A, § 2º, do CPP, providenciar a imediata nomeação do defensor público em atuação naquela vara criminal para representar os interesses de Márcio na ação penal.

(C) O magistrado deverá dar prosseguimento regular ao feito, com designação de audiência de instrução e julgamento, já que ocorreu a preclusão para apresentação da resposta escrita à acusação.

(D) O magistrado deverá providenciar a prévia intimação de Márcio, a fim que, ciente da inércia de seu advogado, constitua um novo defensor ou declare sua hipossuficiência econômica e seu interesse em ser assistido pela Defensoria Pública.

(E) O magistrado deverá, por força do que dispõe o art. 396-A, § 2º, do CPP, providenciar o imediato encaminhamento dos autos ao defensor público em atuação naquela vara criminal, a fim de que este apresente resposta escrita à acusação.

32. Quanto aos recursos no âmbito processual penal, sua previsão normativa e sua interpretação jurisprudencial, assinale a alternativa **INCORRETA**:

(A) No âmbito do procedimento sumaríssimo, a Lei nº 9.099/95 prevê o cabimento de recurso em sentido estrito contra a decisão que rejeita a denúncia oral oferecida pelo Ministério Público.

(B) O mandado de segurança não se presta para atribuir efeito suspensivo a recurso criminal interposto pelo Ministério Público.

(C) Entende-se que é cabível recurso em sentido estrito contra decisão que revoga medida cautelar diversa da prisão.

(D) No âmbito do Tribunal do Júri, as sentenças de impronúncia e de absolvição sumária desafiam recurso de apelação.

(E) O efeito devolutivo da apelação contra decisões do júri é adstrito aos fundamentos da sua interposição.

33. Sobre o Inquérito Policial, assinale a alternativa **CORRETA**, levando em consideração a sua previsão normativa e o entendimento dominante nas cortes superiores:

(A) A Lei nº 13.245/2016 reforçou uma série de prerrogativas da defesa técnica no âmbito das investigações, inclusive, conferindo ao advogado o direito subjetivo de intimação prévia do calendário de inquirições definido pela autoridade policial.

(B) A vítima possui o direito líquido e certo de apuração do crime que sofreu. Exatamente por essa razão é que a jurisprudência consolidou a possibilidade de o ofendido impetrar Mandado de Segurança para evitar o arquivamento do Inquérito Policial.

(C) De acordo com a previsão do Código de Processo Penal, o Inquérito Policial deverá ser encerrado em 15 (quinze) dias quando o investigado estiver preso. Por outro lado, se o investigado estiver em liberdade, o prazo será de 30 (trinta) dias.

(D) A Lei nº 11.343/06 prevê prazos específicos para a conclusão do Inquérito Policial: tratando-se de investigado preso, o prazo será de 30 (trinta) dias. Tratando-se de indiciado solto, a lei prevê prazo de 90 (noventa) dias. Em ambas as hipóteses, a lei não prevê a possibilidade de prorrogação dos prazos.

(E) A Lei nº 11.343/06 prevê prazos específicos para a conclusão do Inquérito Policial: tratando-se de investigado preso, o prazo será de 30 (trinta) dias. Tratando-se de indiciado solto, a lei prevê prazo de 90 (noventa) dias. Em ambas as hipóteses, a lei prevê expressamente a possibilidade de prorrogação dos prazos.

34. Sobre a Ação Penal nos âmbitos da Lei de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e dos Crimes contra a Dignidade Sexual, julgue os itens a seguir:



I – A ação penal relativa ao crime de lesão corporal resultante de violência doméstica e familiar contra a mulher é pública incondicionada;

II – O art. 16 da Lei nº 11.340/06 prevê a necessidade de designação de audiência para aquelas hipóteses em que, tratando-se de crime que desafia ação penal pública condicionada à representação, a vítima queira se retratar da representação. Ainda de acordo com o referido dispositivo legal, a retratação só pode ocorrer até o oferecimento da denúncia;

III – Com o advento da Lei nº 11.340/06, o crime de ameaça (art. 147 do CP), quando cometido no contexto de violência doméstica e familiar contra a mulher, passou a ser ação penal pública incondicionada;

IV – No atual cenário, ou seja, após as modificações introduzidas pela Lei nº 13.718/18, todos os crimes contra a dignidade sexual desafiam ação penal pública incondicionada;

V – As modificações introduzidas pela Lei nº 13.718/18 quanto à classificação da ação penal nos crimes contra a dignidade sexual possuem natureza processual e, por essa razão, aplicam-se de forma imediata, ainda que a ação penal já esteja em curso e independentemente da data em que o delito foi cometido.

Assinale a sequência correta em relação aos itens conforme sejam verdadeiros (V) ou falsos (F):

- (A) V – V – F – F – V
- (B) V – F – F – V – F
- (C) V – F – F – F – V
- (D) F – F – V – V – F
- (E) F – V – F – V – F

35. Assinale a alternativa **INCORRETA** quanto ao tratamento legal e jurisprudencial dos sujeitos processuais:

- (A) O art. 268 do CPP prevê a possibilidade de habilitação do ofendido ou de seu representante legal como assistente de acusação no curso do processo, ficando excluída a possibilidade de habilitação durante a tramitação do Inquérito Policial.
- (B) Na ausência do ofendido ou do seu representante legal, podem se habilitar como assistentes de acusação as pessoas listadas expressamente no art. 31 do CPP, dispositivo este que não contempla a figura do “companheiro”. Ante o silêncio legislativo, o entendimento majoritário na doutrina e na

jurisprudência é que de o companheiro não poderia se habilitar como assistente do Ministério Público.

(C) A Defensoria Pública está autorizada a exercer função acusatória. Assim, nada impede que a instituição ajuíze queixa-crime no âmbito das ações penais privadas.

(D) Em matéria penal, o Ministério Público não goza da prerrogativa da contagem dos prazos recursais em dobro. Por outro lado, mesmo em matéria penal, são contados em dobro todos os prazos da Defensoria Pública.

(E) A intimação da Defensoria somente se aperfeiçoa com a remessa dos autos à instituição, ainda que o defensor público esteja presente na audiência na qual foi proferida a decisão.

36. Durante sua estadia na cidade de Osasco Dudu efetuou, dolosamente, um pagamento com um cheque sabidamente sem fundos para Júlio que tentou descontá-lo na cidade do Rio de Janeiro, local de recusa do pagamento. Na Cidade de Barretos, Vitor proferiu cinco disparos em Maria que foi levada para Ribeirão Preto para obter atendimento médico, local em que veio a óbito. Marcos efetuou 2 roubos de carro em Caçapava, em seguida, efetuou mais 4 furtos em Taubaté, por fim efetuou um latrocínio em São José dos Campos, houve conexão probatória entre as infrações. Observando os casos acima, a competência para julgar Dudu, Vitor e Marcos são as cidades de:

- (A) Osasco; Ribeirão Preto; São José dos Campos.
- (B) Osasco; Barretos; Taubaté
- (C) Rio de Janeiro; Barretos; Caçapava
- (D) Rio de Janeiro; Ribeirão Preto; Taubaté
- (E) Rio de Janeiro; Barretos; São José dos Campos

37. Sobre o procedimento de competência do Tribunal do Júri marque a alternativa incorreta:

- (A) São princípios constitucionais aplicados ao Tribunal do Júri: Plenitude de defesa; o sigilo das votações; a soberania dos veredictos; a competência para o julgamento dos crimes dolosos contra a vida.
- (B) Tanto o Defensor Público quanto os servidores da Defensoria Pública são isentos do serviço do Júri.



(C) O latrocínio é um crime julgado pelo Tribunal do Júri, pois viola o bem jurídico vida.

(D) O art. 155 do Código de Processo Penal também se aplica à decisão de pronúncia, ou seja, o juiz, para pronunciar o acusado, deve basear a sua decisão nas provas produzidas em contraditório judicial sob o crivo da plenitude de defesa, não podendo fundamentar sua decisão nos elementos informativos colhidos no inquérito policial e não repetidos em juízo.

(E) Durante o julgamento não será permitida a leitura de documento ou a exibição de objeto que não tiver sido juntado aos autos com a antecedência mínima de 3 (três) dias úteis, dando-se ciência à outra parte.

38. Sobre as prisões e as medidas cautelares pessoais e reais, assinale a alternativa incorreta

(A) Caberá o sequestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, ainda que já tenham sido transferidos a terceiro.

(B) Não será possível o sequestro de bens móveis;

(C) A medida cautelar de sequestro de bens só será possível nos casos em que não é cabível a busca apreensão.

(D) Apenas a autoridade judicial poderá conceder fiança nos casos de crime de descumprimento de decisão judicial que defere medidas protetivas de urgência no caso da lei Maria da Penha.

(E) A decisão que decretar a prisão preventiva deve ser motivada e fundamentada em receio de perigo e existência concreta de fatos novos ou contemporâneos que justifiquem a aplicação da medida adotada.

39. Acerca das provas no processo penal, marque a alternativa correta:

(A) De acordo com o STJ, é lícita a prova obtida por meio de revista íntima realizada com base unicamente em denúncia anônima;

(B) De acordo com o STJ, é lícita a prova obtida em revista pessoal feita por agentes de segurança particular;

(C) Considera-se cadeia de custódia o conjunto de todos os procedimentos utilizados para manter e documentar a história

cronológica do vestígio coletado em locais ou em vítimas de crimes, para rastrear sua posse e manuseio a partir de seu reconhecimento até o descarte;

(D) O juiz que conhecer do conteúdo da prova declarada inadmissível poderá proferir a sentença ou acórdão.

(E) De acordo com o STJ, é cabível apelação contra decisão que indefere a produção antecipada de prova prevista no art. 366 do CPP;

40. Sobre os princípios processuais penais e aplicação da lei processual penal, assinale a alternativa incorreta:

(A) A lei processual penal será aplicada desde logo, sem prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.

(B) A lei processual penal admitirá interpretação extensiva e aplicação analógica, bem como o suplemento dos princípios gerais de direito.

(C) A Constituição Federal de 1988 assegura de forma explícita o princípio do duplo grau de jurisdição;

(D) É nulo o julgamento da apelação se, após a manifestação nos autos da renúncia do único defensor, o réu não foi previamente intimado para constituir outro.

(E) O princípio da publicidade no processo penal comporta exceções.

Direito Civil e Empresarial

41. Sobre a boa-fé no Direito Civil, é possível afirmar que:

(A) Segundo a doutrina majoritária, o Código Civil de 2002, diversamente do Código Civil de 1916, privilegiou a boa-fé subjetiva, a qual é baseada na conduta proba e leal dos indivíduos, independentemente do elemento anímico do agente.

(B) A doutrina reconhece, notadamente, três funções à boa-fé objetiva: a interpretativa, a de controle e a integrativa, estando as mesmas positivas nos artigos 113, 187 e 422 do Código Civil.

(C) Uma das figuras parcelares da boa-fé é a surrectio, consistente na perda de um direito por um indivíduo em razão da proteção à legítima expectativa criada na parte contrária por força do não exercício desse direito durante certo lapso temporal.



(D) As figuras da *surrectio* e do adimplemento substancial, derivadas da boa-fé objetiva, são aplicáveis às obrigações alimentares, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.

(E) A função de controle da boa-fé, prevista no art.187 do Código Civil, exige que o ato de abuso do direito sancionado seja doloso, não se admitindo a responsabilização objetiva na espécie.

42. João casou-se com Fernanda em 2005, advindo dois filhos da união. Em 2015, o casal passou a ter sérios desentendimentos, o que levou João a deixar o imóvel e passar a viver sozinho em outro local, sem prejuízo de pagar, voluntariamente, pensão alimentícia aos filhos em comum. Em 2018, João, contando com 71 anos de idade, e Paula se apaixonaram e decidiram viver conjuntamente, apresentando-se perante a sociedade como casados e vindo a ter um filho. Diante desse cenário, pode-se afirmar:

(A) Paula poderá ajuizar ação de divórcio em face de João caso deseje a dissolução do casamento, porém não poderá ajuizar ação de separação, uma vez que esta foi abolida do ordenamento jurídico brasileiro pela EC 66/10.

(B) Com a constituição de nova família por João, cessa a obrigação alimentar em relação aos filhos oriundos da relação anterior junto a Fernanda independentemente de pronunciamento judicial.

(C) Apesar de João e Paula apresentarem-se perante a sociedade como casados e possuírem um filho em comum, não há que se falar em constituição de união estável, pois João ainda se encontra casado com Fernanda, sendo vedada a bigamia no Código Civil.

(D) João e Paula vivem em união estável, eis que caracterizado o intuito de constituir família e inexistente qualquer impedimento legal. Contudo, o fato de João ser septuagenário impõe o regime de separação obrigatória de bens à união estável entre João e Fernanda.

(E) Diante do abandono do domicílio conjugal por João por mais de dois anos, Fernanda poderá pleitear a usucapião familiar da meação de João.

43. Sobre os contratos bancários nas relações de consumo, assinale a assertiva incorreta:

(A) A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada.

(B) É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP 1.963-17/00, reeditada como MP 2.170-36/01), desde que expressamente pactuada.

(C) É abusiva a cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da despesa com o registro do pré-gravame, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Resolução CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula pactuada no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva.

(D) É abusiva a cláusula que prevê o ressarcimento pelo consumidor da comissão do correspondente bancário, em contratos celebrados a partir de 25/02/2011, data de entrada em vigor da Resolução CMN 3.954/2011, sendo válida a cláusula no período anterior a essa resolução, ressalvado o controle da onerosidade excessiva.

(E) Nos contratos bancários em geral, o consumidor pode ser compelido a contratar seguro com a instituição financeira ou com seguradora por ela indicada.

44. A respeito dos direitos da personalidade, considere:

I – O art. 13, do Código Civil dispõe que, salvo por exigência médica, é defeso o ato de disposição do próprio corpo, quando importar diminuição permanente da integridade física, ou contrariar os bons costumes, razão pela qual está proibida a realização de cirurgia de transgenitalização, vez que esta cirurgia importa em uma redução permanente da integridade física com a retirada do órgão sexual e viola os bons costumes.

II – Desde que observado o limite temporal de um ano após a maioridade, poderá a pessoa plenamente capaz requerer administrativamente a alteração de seu prenome, dispensada, neste caso, autorização judicial,



III – Desde que gratuita e realizada por pessoa capaz, é lícita a doação de tecidos, de órgãos e de partes do corpo vivo para transplante em qualquer pessoa, desde que mediante autorização judicial, ressalvado se o beneficiário for cônjuge ou qualquer parente consanguíneo até o quarto grau, quando, então, basta autorização, preferencialmente por escrito e diante de testemunhas, indicando especificamente o objeto de retirada, prescindindo de intervenção judicial,

IV – A vida privada da pessoa natural é inviolável. Logo, a exposição da vida do homem público, ainda que se trate de notícia verdadeira e útil vinculada a seu papel social, representa violação do direito à privacidade, na medida em que os direitos da personalidade são irrenunciáveis.

V - A pessoa transgênero que comprove sua identidade de gênero dissonante daquela que lhe foi designada ao nascer por autoidentificação firmada em declaração escrita desta sua vontade dispõe do direito fundamental subjetivo à alteração do prenome e da classificação de gênero no registro civil pela via administrativa ou judicial, independentemente de procedimento cirúrgico, desde que a identidade de gênero autopercebida seja atestada por certificação médica ou psicológica, por se tratar de tema relativo ao direito fundamental ao livre desenvolvimento da personalidade.

- (A) II e V estão corretas.
- (B) III está correta.
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) II, III estão corretas.
- (E) II, III e V estão corretas.

45. Um casal de avós paternos procura você, Defensor (a) Público(a) em atuação junto à Vara de Família, portando um mandado de intimação para pagamento de alimentos na proporção de 30% do salário mínimo para o neto, sob o rito da prisão civil, em um cumprimento de sentença de alimentos decorrente de ação de alimentos originariamente formulada em face do pai da criança. Os avós são idosos e já arcam com o pagamento do plano de saúde da criança.

Sobre a situação narrada acima, assinale a alternativa correta:

- (A) É possível o chamamento ao processo dos avós maternos para integrarem a lide, sendo esta uma espécie atípica de intervenção de terceiros, devendo ser

distribuída igualmente entre todos os avós a proporção de alimentos em favor do neto.

(B) A prestação de alimentos está intrinsecamente ligada à dignidade da pessoa humana (1o, III, CR), razão pela qual, sopesando-se os prejuízos decorrentes do inadimplemento à qualidade de vida da criança, pessoa em fase de desenvolvimento, a solução mais adequada no caso concreto é autorizar inicialmente a expedição de decreto prisional em desfavor dos avós, ainda que existam outros meios de satisfação da dívida.

(C) Trata-se de obrigação alimentar dos avós decorrente do poder familiar e, nos termos do entendimento sumulado do C.STJ, é complementar e subsidiária, reservada aos casos de impossibilidade total ou parcial de seu cumprimento pelos pais.

(D) Os avós são partes legítimas no procedimento de execução de título executivo judicial movido originariamente em face dos genitores, garantido o direito aos avós de demonstrar a inexistência do trinômio necessidade-possibilidade-proporcionalidade em sede de impugnação ao cumprimento de sentença.

(E) À luz da vedação ao enriquecimento sem causa, o C.STJ admite a mitigação da incomensurabilidade dos alimentos, sendo possível deduzir da pensão alimentícia fixada exclusivamente em pecúnia as despesas pagas “in natura”.

46. Sobre os defeitos do negócio jurídico, é correto afirmar:

(A) É nulo o negócio jurídico quando praticado por pessoa que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas.

(B) O negócio jurídico celebrado com simulação é anulável mesmo que não tenha causado prejuízos a terceiros.

(C) A lesão acarretará a anulação do negócio jurídico quando verificada, na formação deste, a desproporção manifesta entre as prestações assumidas pelas partes, não se presumindo a premente necessidade ou a inexperiência do lesado, tratando-se de prazo decadencial de quatro anos.



(D) A declaração enganosa de vontade que vise à produção, no negócio jurídico, de efeito diverso do apontado como pretendido consiste em defeito denominado reserva mental.

(E) Anulado o negócio jurídico realizado em fraude contra credores, a vantagem resultante será revertida em favor do autor da ação pauliana.

47. Caio celebrou contrato de promessa de compra e venda de um apartamento com a construtora ABC Engenharia. A cláusula quinta do contrato previa que a construtora entregaria o apartamento no dia 31/05/2019, podendo prorrogar a entrega até 27/11/2019. Ocorre que a construtora, por mora imputável unicamente a ela, somente entregou o imóvel em 11/02/2020.

Diante disto, Caio ajuizou ação pedindo a condenação da construtora ao pagamento:

- Da multa de 1% ao mês prevista no contrato (multa contratual) decorrente do atraso na entrega do imóvel;
- Dos lucros cessantes correspondentes à quantia que o adquirente poderia obter se estivesse alugando o imóvel tempestivamente;
- Da indenização por danos morais.

Sobre a situação hipotética:

I - Em um contrato no qual foi estipulada uma cláusula penal compensatória, caso haja o inadimplemento, não é possível que o credor exija o valor desta cláusula penal e mais as perdas e danos.

II - A entrega do imóvel em até 180 (cento e oitenta) dias corridos da data estipulada contratualmente como data prevista para conclusão do empreendimento, desde que expressamente pactuado, de forma clara e destacada, não dará causa à resolução do contrato por parte do adquirente nem ensejará o pagamento de qualquer penalidade pelo incorporador.

III - Em caso de atraso na entrega do imóvel, é possível a cumulação da indenização por lucros cessantes com a cláusula penal moratória.

IV - Segundo o C.STJ, em regra cabe indenização por danos morais caso a construtora/incorporadora descumpra o prazo de entrega do imóvel, fundada no inadimplemento contratual.

(A) I e II estão corretas.

(B) II está correta.

(C) I, II e III estão corretas.

(D) II, III estão corretas.

(E) III e IV estão corretas.

48. Danusa, solteira, sem patrimônio, em meados de 2016 conhece Danúbio, divorciado, pai de Dante e Danilo, que possui um imóvel avaliado em R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais). Em 2017, os dois passam a viver juntos, Danusa passa a utilizar, socialmente, o sobrenome de Danúbio, entretanto, não formalizam a União Estável. Nesse mesmo ano, adquirem um carro no valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais). Em 2018, Danúbio recebe uma quantia de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) oriunda de uma doação realizada por um tio que não possuía filhos. Ocorre que em 2019, Danúbio, que viajava de carro com seus dois filhos, se envolve em um grave acidente, vindo todos à óbito naquele mesmo momento. No mês seguinte Danusa descobre que os pais do Danúbio ainda estavam vivos, mas não mantinham contato com ele há mais de 10 anos; além disso, Danúbio possuía um saldo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) oriundos do FGTS. Diante desses fatos, você, Defensor(a) Público(a) exercendo suas funções na Vara de Órfãos e Sucessões daquela comarca recebe Danusa para realizar o primeiro atendimento. Assinale a alternativa que apresente a orientação correta que deve ser dada à Danusa com relação à destinação dos bens:

(A) Danusa é considerada companheira de Danúbio e deve participar da sucessão. Os pais de Danúbio, do mesmo modo, devem figurar na sucessão. Danusa terá direito a R\$ 100.000,00 já que é meeira do veículo e faz jus à metade dos bens da herança, excluindo o automóvel. Aos pais, cada um herdará R\$ 50.000,00 referente ao restante do patrimônio.

(B) Danusa não é considerada companheira de Danúbio pois a União Estável não se presume, e, apesar de ser dispensável o registro público da relação, deveria haver instrumento particular dando início à relação. Seus pais, por sua vez, devem suceder por serem seus ascendentes, herdando, cada um deles, metade da herança deixada.

(C) Danusa é considerada companheira de Danúbio e deve participar da sucessão. Os pais de Danúbio, do mesmo modo, devem figurar na sucessão. Danusa herdará



somente metade do imóvel particular de Danúbio, já que é meeira do automóvel. A quantia oriunda da doação bem como o saldo do FGTS, não se comunicam ao companheiro, razão pela qual herdarão os pais de Danúbio.

(D) Danusa é considerada companheira de Danúbio e deve participar da sucessão. Os pais de Danúbio, do mesmo modo, devem figurar na sucessão. Danusa terá direito a R\$ 80.000,00 já que é meeira do veículo e participa da herança de todos os bens, inclusive do automóvel, em igual proporção aos pais de Danúbio. A estes, cada um herdará R\$ 60.000,00.

(E) Danusa é considerada companheira de Danúbio e deve participar da sucessão. Os pais de Danúbio, por sua vez, em decorrência do grande lapso temporal, não devem figurar na sucessão. Danusa deve herdar a integralidade dos bens.

49. A responsabilidade civil, em breve síntese, consiste no dever de indenizar, reparar o dano que é causado a um terceiro. O CC/02 rege de maneira exaustiva o referido tema, entretanto, os tribunais superiores analisam diariamente uma infinidade de casos traçando novas balizas que devem ser observados pelo aplicador do direito no exercício do seu ofício. Assinale a alternativa que não se coaduna com o entendimento firmado no âmbito dos tribunais superiores:

(A) Os pais de pessoa com esquizofrenia são responsáveis pelos danos causados durante os recorrentes surtos de seu filho, mesmo que esse seja maior e viva sozinho, desde que tenham sido omissos na adoção de qualquer medida com o propósito de evitar a repetição desses fatos.

(B) A responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos é substitutiva e exclusiva (não solidária). Já a responsabilidade dos filhos é subsidiária, condicional (e mitigada) e equitativa. Além disso, não há litisconsórcio passivo necessário entre pais e filhos.

(C) A emancipação voluntária não afasta a responsabilidade civil dos pais pelos atos praticados pelo filho. Tal emancipação é inoponível face à vítima.

(D) A conduta de um adulto que pratica agressão verbal ou física contra criança ou adolescente configura elemento caracterizador de dano moral in re ipsa.

(E) A demora de qualquer pessoa em ajuizar ação indenizatória por danos morais, em conjunto com outras circunstâncias, pode influenciar no quantum.

50. As discussões acerca da Posse e seus requisitos são de longa data. Savigny e Ihering foram os doutrinadores que deram início a tal discussão, dividindo as concepções acerca da Posse em Teoria Subjetiva e Teoria Objetiva. Já em 2002 o legislador ordinário brasileiro, adotou expressamente uma das teorias na redação do Código Civil. Entretanto, com o passar dos anos e com a evolução do chamado Direito Civil Constitucional, vozes surgiram na doutrina encampando a chamada Teoria Sociológica da posse. Dentro desse contexto, assinale a alternativa correta:

(A) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

(B) À luz da Teoria Objetiva, a posse é dotada de dois elementos fundamentais: o corpus e o animus domini.

(C) À luz da Teoria Subjetiva, a posse é dotada de dois elementos fundamentais: o corpus (que difere do corpus da outra teoria) e a affectio tenendi.

(D) A Teoria Sociológica busca ressaltar a função social da posse, todavia ainda reconhece a hierarquia existente entre posse e propriedade.

(E) O direito brasileiro contempla a teoria sociológica da posse, notadamente em dispositivos da Constituição Federal, todavia, o Código Civil não possui manifestações de tal teoria.

Direito Processual Civil

51. Considerando o caso hipotético a seguir, analise as assertivas apresentadas e assinale a alternativa correta:

Amanda ajuizou, na Comarca de Tupã/SP, Ação de Cobrança em face de Ramon, afirmando que o réu, domiciliado no Município de Registro/SP, deixou de adimplir a dívida contraída junto à autora na data aprezada, sendo certo que no negócio jurídico que originou o débito foi convencionado que o pagamento seria realizado no domicílio do devedor. Recebida a inicial pelo Juízo Cível da Comarca de Tupã/SP em 03/03/2020, foi determinada a citação do réu e



designada Audiência de Conciliação para o dia 06/04/2020, havendo a citação do réu em 16/03/2020, oportunidade em que é atendido por você, defensor público em Registro/SP, e pleiteia a prestação do serviço de assistência jurídica. Diante desse cenário, é correto afirmar:

I – Deve-se apresentar contestação, a ser ofertada no prazo de trinta dias úteis, requerendo a redesignação da audiência, uma vez que não foi observado o prazo mínimo entre a citação do réu e a data da audiência.

II – Diante da incompetência territorial do Juízo da Comarca de Tupã/SP, a contestação a ser apresentada por Ramon poderá ser protocolizada perante o Juízo de Registro/SP se alegada a incompetência relativa, ficando este Juízo prevento para o conhecimento da causa na hipótese de acolhimento da preliminar.

III – Ainda que as alegações autorais não sejam impugnadas pormenorizadamente por Ramon, não incidirá a presunção de veracidade em relação às mesmas, uma vez que os defensores públicos são dispensados do ônus de impugnação específica das alegações autorais.

IV – Não apresentada contestação por Ramon no prazo legal, o Juízo deverá decretar a sua revelia, presumindo-se verdadeiras as alegações autorais e fluindo os prazos da data de publicação do ato decisório no órgão oficial.

- (A) I e II estão corretas.
- (B) I e IV estão corretas.
- (C) somente a II está correta.
- (D) I, II e III estão corretas.
- (E) somente a I está correta.

52. Acerca do mandado de segurança, assinale a alternativa incorreta:

(A) Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a teoria da encampação é aplicada no mandado de segurança quando presentes, cumulativamente, os seguintes requisitos: a) existência de vínculo hierárquico entre a autoridade que prestou informações e a que ordenou a prática do ato impugnado; b) manifestação a respeito do mérito nas informações prestadas; e c) ausência de modificação de competência estabelecida na Constituição Federal.

(B) O mandado de segurança não pode ser utilizado como substitutivo da ação de cobrança, não produzindo efeitos patrimoniais em relação a período pretérito, os quais

devem ser reclamados administrativamente ou pela via judicial própria.

(C) A impetração de segurança por terceiro, contra ato judicial, não se condiciona à interposição de recurso.

(D) Praticado o ato por autoridade, no exercício de competência delegada, contra ela cabe o mandado de segurança ou a medida judicial.

(E) Não é possível a desistência do mandado de segurança pelo impetrante após a prolação de sentença de mérito denegando a segurança.

53. Assinale a alternativa correta:

(A) A incompetência relativa deve ser arguida pelo réu em sede de contestação, sob pena de preclusão e prorrogação da competência do Juízo em que tramita o feito, não podendo ser reconhecida de ofício pelo Juízo em nenhuma hipótese.

(B) A incompetência absoluta pode ser reconhecida de ofício pelo Juízo e arguida a qualquer momento pelas partes, porém, transitada em julgado a sentença proferida por Juízo absolutamente incompetente, há a convalidação do ato, não se podendo mais questionar a matéria através de qualquer instrumento processual.

(C) Serão processadas e julgadas na justiça estadual, no foro do domicílio dos segurados ou beneficiários, as causas em que forem parte instituição de previdência social e segurado, sempre que a comarca não seja sede de vara do juízo federal, e, se verificada essa condição, a lei poderá permitir que outras causas sejam também processadas e julgadas pela justiça estadual.

(D) O CPC/15 adotou expressamente a doutrina do forum shopping, assim como a do forum non conveniens, as quais já eram referendadas pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

(E) A ação possessória imobiliária será proposta no foro de situação da coisa, cujo juízo tem competência absoluta.

54. No que concerne às formas de intervenção de terceiro no processo civil, julgue as assertivas apresentadas e assinale a alternativa correta:

I – A decisão que inadmite a intervenção do amicus curiae é passível de questionamento através do recurso de agravo de instrumento.



II – A intervenção da Defensoria Pública como custos vulnerabilis permite a interposição de quaisquer recursos pela Instituição, ao passo que a atuação como amicus curiae possui âmbito mais restrito.

III – O incidente de descon sideração da personalidade jurídica também é aplicável aos casos de descon sideração inversa.

IV – Não exercida a denunciação da lide pelo interessado, é possível da pretensão através do ajuizamento de ação autônoma.

- (A) I e IV estão corretas.
- (B) II e III estão corretas
- (C) I, II e III estão corretas.
- (D) II, III e IV estão corretas.
- (E) III e IV estão corretas.

55. O Código de Processo Civil de 2015 inovou ao trazer em seu próprio texto um capítulo dedicado aos princípios do processo. Considerando as novidades, bem como a manutenção de certas previsões, assinale a alternativa correta:

- (A) Apesar de atualmente se falar em Processo Civil Constitucional, não há previsão expressa no âmbito da Lei 13.105/15 de interpretação conforme os valores e normas fundamentais da Constituição Federal.
- (B) As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, excluída a atividade satisfativa.
- (C) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por todas as partes, inclusive durante o curso do processo judicial, excluído o magistrado que não pode se imiscuir em tal atividade.
- (D) Há previsão expressa dos princípios da boa-fé processual, bem como da cooperação, que são aplicáveis à todas as partes do processo. Entretanto, apesar de não haver menção expressa ao princípio da dignidade da pessoa humana, aplica-se ao processo civil por ser valor fundamental da Constituição Federal.
- (E) O princípio do contraditório restou aperfeiçoado no âmbito do novo diploma processual. Inclusive, houve a previsão da dispensa ao contraditório inútil no texto legal.

56. Considere as seguintes situações envolvendo a temática dos Negócios Jurídicos Processuais:

I. Negócio jurídico processual firmado entre as partes, sem a anuência do Defensor Público, determinando que a contagem em dobro dos prazos processuais não se aplicaria a nenhuma das partes.

II. Negócio jurídico processual firmado entre as partes permitindo que em caso de eventual processo judicial, as duas partes poderão ser assistidas pela Defensoria Pública.

III. Negócio jurídico processual firmado entre as partes, durante o processo judicial, renunciando ao direito de recorrer às instâncias superiores.

IV. Negócio jurídico processual firmado entre as partes, com a anuência do Defensor Público, determinando que a contagem em dobro dos prazos processuais não se aplicaria a nenhuma das partes.

V. Negócio jurídico processual firmado entre as partes permitindo que a parte vulnerável faça uso de provas ilícitas no decorrer do processo judicial.

Escolha a alternativa que disponha corretamente acerca da validade ou invalidade de tais:

- (A) Nenhuma assertiva possui Negócio Jurídico Processual válido.
- (B) Somente a assertiva III possui Negócio Jurídico Processual válido.
- (C) Somente as assertivas III e IV possuem Negócios Jurídicos Processuais válidos.
- (D) Somente as assertivas IV e V possuem Negócios Jurídicos Processuais válidos.
- (E) Somente as assertivas I, IV e V possuem Negócios Jurídicos Processuais válidos.

57. A execução de alimentos nada mais é do que uma execução de quantia certa, que em razão da especial natureza do direito ali tutelado, ganha contornos de Execução Especial. Vale ressaltar que essa especialidade visa, basicamente, a obtenção da satisfação pelo exequente, que por meio de atos materiais específicos torna menos tormentosa tal tarefa. Com relação às especificidades da referida fase procedimental, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Caso o executado não efetue o pagamento da prestação alimentícia dentro do prazo legal, não prove que o efetuiu ou não apresente justificativa da impossibilidade de efetuar-lo, o juiz, independentemente de anuência do exequente, mandará protestar o pronunciamento judicial.



(B) De acordo com o STJ, o executado pode apresentar provas cabais de que não possui condições de efetuar o pagamento naquele momento, a fim de afastar a decretação de sua prisão, inclusive por meio de prova testemunhal.

(C) O CPC/15 encampou o entendimento do STJ no sentido de que a escolha entre os diferentes meios executivos previstos em lei para a execução dos alimentos é sempre livre, cabendo ao magistrado aferir no caso concreto, qual meio é o mais adequado para a satisfação do direito, se o da penhora ou o da prisão civil.

(D) Para o Superior Tribunal de Justiça, a prisão civil, por restringir a liberdade do devedor, representa uma sanção de natureza personalíssima que não pode recair sobre terceiro, de forma que não pode ser preso o inventariante diante de dívida alimentar do espólio.

(E) Com relação ao prazo máximo da prisão civil para o devedor de alimentos, o CPC/15 não sanou a incompatibilidade entre os diplomas legais, mantendo a divergência entre o seu texto legal e a previsão da Lei de Alimentos (Lei 5.478/68).

58. O novo Código de Processo Civil trouxe medidas alternativas de resolução de conflitos, proporcionando ao ordenamento jurídico uma maior efetividade das normas constitucionais, em especial ao princípio da razoável duração do processo, determinando, expressamente, no seu art. 3º e respectivos parágrafos, que o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos, por meio da conciliação, da mediação e de outros métodos, os quais deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial. Acerca desta temática, assinale a alternativa incorreta:

(A) A partir desse novo modelo de solução consensual de conflitos surge o que se denomina de sistema multiportas, proposto pelo professor Frank Sander, da Faculdade de Direito de Harvard, em palestra proferida em 1976 (“Multi-Door Courthouse System”), como forma de desafogar os Tribunais.

(B) A teoria dos jogos consiste em um dos ramos da matemática aplicada e da economia que estuda situações estratégicas em que participantes se engajam em um processo de

análise de decisões baseando sua conduta na expectativa de comportamento da pessoa com que se interage, aproximando-se dos métodos consensuais de resolução de conflitos juntamente porque nestes também é possível perceber condutas competitivas e cooperativas executadas por agentes racionais.

(C) A audiência prévia de conciliação/sessão de mediação não será dispensada nos casos nos quais são discutidos direitos indisponíveis, a exemplo das ações envolvendo investigação de paternidade, divórcio e alimentos.

(D) O não comparecimento injustificado do réu na audiência de conciliação prevista no art. 334, CPC/15 implicará na sua revelia e na sanção com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado.

(E) Caso qualquer das partes comprove a realização de mediação ou conciliação antecedente à propositura da demanda, o magistrado poderá dispensar a audiência inicial de mediação ou conciliação, desde que tenha tratado da questão objeto da ação e tenha sido conduzida por mediador ou conciliador capacitado.

59. É cabível a instauração do incidente de resolução de demandas repetitivas:

(A) mesmo quando um dos tribunais superiores, no âmbito de sua respectiva competência, já tiver afetado recurso para definição de tese sobre questão de direito material ou processual repetitiva.

(B) quando o julgamento de recurso, de remessa necessária ou de processo de competência originária envolver relevante questão de direito, com grande repercussão social.

(C) diante de efetiva repetição de processos que contenham controvérsia sobre a mesma questão unicamente de direito e risco de ofensa à isonomia e à segurança jurídica.

(D) para garantir a observância de enunciado de súmula vinculante e de decisão do Supremo Tribunal Federal em controle concentrado de constitucionalidade.

(E) quando ocorrer relevante questão de direito a respeito da qual seja conveniente a



prevenção ou a composição de divergência entre câmaras ou turmas do tribunal.

60. É hipótese de interposição de Agravo de Instrumento segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça:

(A) Decisão interlocutória de redistribuição do ônus da prova nos termos do art. 373 §1º, CPC.

(B) Decisão interlocutória que afasta arguição de impossibilidade jurídica do pedido.

(C) Decisão que resolve, em primeiro grau, requerimento de distinção (distinguishing) entre questão a ser decidida no processo concreto e aquela a ser julgada em recurso especial e extraordinário repetitivo.

(D) Decisão interlocutória que mantém litisconsorte.

(E) Decisão que nega pedido para que ocorra julgamento antecipado parcial do mérito.

Direitos Difusos e Coletivos

61. Sobre o mandado de segurança, de acordo com o que consta na Lei nº 12.016/09 e entendimento pacificado pelos Tribunais Superiores, assinale a alternativa incorreta:

(A) A Lei 12.016/2009, assim como a própria Constituição Federal, preveem expressamente a modalidade mandado de segurança coletivo para a tutela de direitos líquidos e certos de natureza metaindividual, não tutelados por habeas corpus ou habeas data.

(B) Conforme expressa disposição legal, o mandado de segurança coletivo somente pode tutelar direitos coletivos em sentido estrito e individuais homogêneos, não abrangendo os direitos de índole difusa.

(C) Tal como se verifica na ação civil pública no âmbito da Lei nº 7.347/1985, o Ministério Público, a Defensoria Pública, a Administração Pública direta e indireta e as associações, constituídas há pelo menos 1 (um) ano e que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção ao patrimônio público e social, ao meio ambiente e etc., constam expressamente como legitimados à impetrar mandado de segurança coletivo, nos termos da Lei nº 12.016/2009.

(D) Não consta na Lei nº 12.016/2009, tal como consta na Lei nº 7.347/1985 sobre as ACPs, a possibilidade de se relativizar o prazo de 1 (um) ano de constituição das associações para serem consideradas legitimadas ao ajuizamento de mandado de segurança coletivo.

(E) A Lei 12.016/2009 prevê expressamente a possibilidade de a associação legitimada no mandado de segurança coletivo tutelar interesse de parcela de seus membros, dispensando, ainda, o requisito da autorização dos associados.

62. Assinale a alternativa que correlaciona corretamente os princípios atinentes ao direito processual coletivo com seus respectivos conceitos:

(A) O princípio da máxima prioridade jurisdicional da tutela coletiva preconiza que, dada a relevância social dos direitos tutelados pelas ações coletivas, é inviável a desistência imotivada da ação, devendo-se, em tais casos, ser procedida a assunção do polo ativo por outro legitimado.

(B) O princípio da indisponibilidade ou disponibilidade motivada estabelece a necessidade da priorização do julgamento do mérito nas ações coletivas, impondo-se, assim, o abandono do formalismo excessivo pelo Poder Judiciário, a fim de que, dado alcance das decisões, efetive a pacificação social pela solução dos conflitos sociais.

(C) O princípio do máximo benefício da tutela jurisdicional coletiva estabelece a possibilidade de defesa dos interesses coletivos por meio de todas as espécie de ações, procedimentos e provimentos.

(D) O princípio da atipicidade da ação coletiva estabelece a inexistência de taxatividade ou limitação no que tange ao bens e direitos que podem ser tutelados pela via coletiva.

(E) Segundo o princípio da máxima amplitude do processo coletivo a coisa julgada nas ações coletivas poderão ser utilizadas pelas vítimas e seus sucessores, invocando o direito nela reconhecido, sem a necessidade de ajuizamento de ação individual.



63. Acerca da legitimidade da Defensoria Pública para a propositura de demandas coletivas, assinale a alternativa correta:

(A) Tendo em vista que a função institucional da Defensoria Pública de defesa dos direitos individuais e coletivos se restringe aos necessitados, na forma do inciso LXXIV do art. 5º desta Constituição Federal, inviável o ajuizamento de ação civil pública que beneficie, direta ou indiretamente, pessoas não vulneráveis economicamente.

(B) A legitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento de ação civil pública teve seu objeto limitado, em razão do julgamento da ADI 3.943/DF, proposta pelo CONAMP, excluindo-se a possibilidade da tutela coletiva de direitos difusos pela Defensoria Pública.

(C) A Emenda Constitucional 80/2014, ao alterar o artigo 134 e seguintes da Constituição e traçar novo perfil constitucional à Defensoria Pública, constitucionalizou a função institucional de defesa dos direitos difusos e coletivos.

(D) A Defensoria Pública consta expressamente como legitimada à propositura de todas as espécies de ações coletivas, incluindo-se as ações de improbidade administrativa, mandado de segurança coletivo e mandado de injunção coletivo, constando tal legitimidade nas respectivas leis.

(E) A redação originária do artigo 5º, da Lei nº 7.347/85 (Lei da Ação Civil Pública), já previa a legitimidade da Defensoria Pública para o ajuizamento de ação civil pública, tendo a LC 132/2009, que alterou a LC 80/1994 tão somente ampliado tal legitimidade às demais modalidades de ações coletivas.

64. Sobre os interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais homogêneos, é correto afirmar:

(A) Consideram-se direitos coletivos, em sentido estrito, os transindividuais, de natureza indivisível, de que sejam titulares pessoas indeterminadas e ligadas por circunstâncias de fato.

(B) Os direitos difusos são aqueles considerados transindividuais, de natureza indivisível de que seja titular grupo, categoria ou classe de pessoas ligadas entre si ou com a parte contrária por uma relação jurídica base..

(C) São considerados direitos individuais homogêneos aqueles de natureza, indivisível, decorrentes de origem comum, em que os titulares sejam determinados.

(D) Julgada uma demanda coletiva envolvendo direito difuso, coletivo ou individual homogêneo, a coisa julgada sempre terá efeito erga omnes, independente da modalidade do direito abrangido e do provimento dado.

(E) Nas ações envolvendo direitos difusos e coletivos em sentido estrito, a coisa julgada se dará *secundum eventum probationis*, enquanto nas ações envolvendo direitos individuais homogêneos a coisa julgada será *secundum eventum litis*.

65. NÃO caracteriza relação de consumo:

(A) Danos a torcedores decorrentes da queda de arquibancada em jogos desportivos.

(B) A compra e venda de um automóvel realizada entre particulares.

(C) A prestação de serviço defeituoso por empresa cuja falência foi decretada (massa falida).

(D) O atropelamento de pedestre por ônibus utilizado para a prestação de serviço público de transporte de passageiros.

(E) Furto de automóvel em estacionamento gratuito de shopping center.

66. Tendo por base as duas situações abaixo, assinale a alternativa correta:

Situação 1: Tício comprou uma televisão em uma grande rede de eletrodomésticos. Quatro meses depois a televisão explode, em razão de um problema de fabricação, ocasionando lesões corporais em Tício.

Situação 2: Mévio comprou um celular de uma loja *on-line*. Após sessenta dias, o aparelho parou de funcionar.

(A) A situação 2 configura fato do produto, uma vez que o celular parou de funcionar de repente, o que significa que se trata de um produto defeituoso. A pretensão ressarcitória, neste caso, está prescrita, pois o prazo prescricional para o consumidor reclamar é de 30 dias.

(B) A situação 1 caracteriza vício do produto, uma vez que se trata de um acidente de consumo. A pretensão ressarcitória, neste caso, está prescrita, pois o prazo



prescricional para o consumidor reclamar é de 30 dias.

(C) Na situação 2, assim que constatado o vício do produto tem início o prazo da garantia legal para o consumidor efetuar a reclamação, ainda que o fornecedor tenha dado garantia contratual.

(D) A situação 1 constitui exemplo de fato do produto, porquanto houve um acidente de consumo. A pretensão reparatória é prescricional e o prazo para o seu exercício é de 5 anos.

(E) A situação 2 caracteriza vício do produto. O consumidor tem o prazo de 90 dias para exigir o reparo, o qual pode ser obstado em nenhuma hipótese, já que se trata de prazo decadencial.

67. Assinale a alternativa correta, de acordo com a jurisprudência do STJ:

(A) A operadora de plano de saúde não está obrigada a ressarcir o Sistema Único de Saúde quando seus beneficiários se utilizarem do serviço público de atenção à saúde.

(B) A operadora de plano de saúde não tem a obrigação de reembolsar o beneficiário que se utiliza dos serviços do hospital privado que não faz parte da sua rede credenciada.

(C) A entidade hospitalar privada tem responsabilidade objetiva, nos termos do artigo 14 do CDC, limitada aos serviços relacionados ao estabelecimento empresarial, tais como a estadia do paciente, as instalações, os equipamentos e os serviços auxiliares. Todavia, em casos de atos técnicos praticados de forma defeituosa por médicos vinculados ao hospital, este responde de forma solidária, desde de comprovada a culpa do profissional.

(D) Os atos técnicos defeituosos praticados por médicos sem vínculo de emprego ou subordinação com o hospital, são imputados solidariamente à entidade hospitalar, a qual não se exime de qualquer responsabilidade, independentemente de comprovação da culpa do profissional.

(E) O fato de o atendimento ter sido realizado em decorrência de convênio com o Sistema Único de Saúde afasta a responsabilidade objetiva do hospital, autorizando, apenas, reconhecer a responsabilidade solidária do Município.

68. João possui uma doença crônica e faz acompanhamento pelo SUS junto a uma equipe médica especializada. Durante uma consulta, um dos médicos, grande estudioso, diz ter sido lançado um novo medicamento nos Estados Unidos para sua enfermidade que, entretanto, ainda não tinha sido aprovado pela ANVISA em âmbito nacional, muito embora o procedimento para registro já tenha se iniciado. A respeito do fornecimento de medicamentos pelo Estado, de acordo com a jurisprudência dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

(A) Para que o Estado forneça medicamentos não previstos na lista do SUS basta a comprovação da necessidade do medicamento e da ineficácia daqueles já fornecidos pelo SUS, bem como a incapacidade de arcar com o custo do medicamento prescrito.

(B) O Poder Executivo não pode ser condenado a fornecer medicamentos que ainda não foram registrados na ANVISA.

(C) É possível o fornecimento de medicamentos experimentais ainda que não tenham registro na ANVISA.

(D) Ação para obtenção de medicamento sem registro na ANVISA deve ser ajuizada em face da União.

(E) É possível que o Estado seja compelido a fornecer medicamentos não registrados na ANVISA, bastando apenas que seja demonstrada a demora irrazoável da Agência em apreciar o pedido de registro.

69. A lei 13.465/2017 trata sobre a regularização fundiária rural e urbana, promovendo alterações em diversos dispositivos legais e introduzindo grandes novidades sobre o assunto no ordenamento nacional. A lei mencionada prevê diversos institutos jurídicos que podem ser utilizados no âmbito da Reurb, **EXCETO**:

(A) Usucapião e consórcio imobiliário.

(B) Desapropriação em favor dos possuidores e direito de preempção.

(C) Requisição, em caso de perigo público iminente, e doação.

(D) Desapropriação por interesse social e compra e venda.

(E) Concessão de uso especial para fins de moradia e divisão e demarcação de terras.



70. Em relação à Concessão de Uso Especial para fins de Moradia, assinale a alternativa correta:

- I. É destinada a quem possuir imóvel público, de até 250 m², com características e finalidades urbanas, utilizado para moradia sua ou de sua família, pelo período ininterrupto de 05 anos até 22 de dezembro de 2016.
 - II. O direito à CUEM extingue-se apenas se o concessionário der ao imóvel destinação diversa da moradia para si ou para sua família.
 - III. Requerido o título de CUEM pela via administrativa, a Administração Pública tem o prazo máximo de 12 meses para decidir o pedido.
 - IV. A concessão de uso especial para fins de moradia será conferida de forma gratuita ao homem ou à mulher, ou a ambos, caso comprovado o casamento ou existência de união estável.
- (A) Todas as alternativas estão corretas.
(B) Apenas a alternativa I está correta.
(C) As alternativas I, II e III estão corretas.
(D) As alternativas I, III e IV estão corretas.
(E) As alternativas I e III estão corretas.

Direito da Criança e do Adolescente

71. Tendo por base os princípios atinentes ao Direito da Criança e do Adolescente, assinale a alternativa correta

- (A) O adolescente de 15 anos de idade é absolutamente incapaz. Por isso, não pode fazer uma tatuagem, senão com a autorização de seus responsáveis legais.
- (B) A criança em situação de rua, como objeto de proteção, deve ser incluída em programa de acolhimento institucional ou outra medida protetiva cabível, dando-se preferência a medidas que promovam a convivência familiar.
- (C) É desnecessária a oitiva de criança em procedimento de inclusão em família substituta, pois o ECA somente exige o consentimento de adolescente, maior de 12 anos de idade.
- (D) A aplicação do princípio do melhor interesse da criança ou do adolescente deve abranger a participação do destinatário da medida, sob pena de subversão do referido princípio.

(E) À luz da municipalização do atendimento, não é possível demandar em juízo outro ente federativo na busca de direitos infanto-juvenis ligados à saúde.

72. Maria, menina de um ano de idade, foi encontrada abandonada dentro de casa pelo Conselho Tutelar, enquanto os pais, sabidamente, estavam há três dias imersos no uso de drogas em uma boca de fumo na região. A criança estava desnutrida, desidratada e com escabiose. Após o atendimento médico de urgência, Maria foi acolhida por decisão do juízo competente, que nomeou a Defensoria Pública como curadora especial da criança e abriu vista ao MP para ciência. À luz do caso narrado, assinale a alternativa correta:

(A) O MP agiria de forma incorreta caso propusesse ação de destituição do poder familiar de imediato, pois se deve, anteriormente, esgotar a busca por parentes da criança, tais como avós e tios, que possam exercer os devidos cuidados dela.

(B) O Conselho Tutelar agiria incorretamente caso promovesse, por iniciativa própria, o acolhimento da criança, tendo em vista que a medida pressupõe decisão do juízo competente.

(C) No processo de destituição do poder familiar, se os pais estiverem em local incerto ou desconhecido, poderão ser citados por edital depois de realizadas as diligências de praxe para tentar localizá-los.

(D) Caso, logo após o nascimento, os pais de Maria percebessem suas incapacidades para exercício do poder familiar e entregassem a criança para um casal de amigos, com quem a criança conviveu no primeiro ano de vida, seria inviável a regularização da situação pela adoção, uma vez que estaria configurado burla aos cadastros de habilitados à adoção.

(E) A madrinha com quem Maria possui laços afetivos pode ser considerada família, justificando a reintegração familiar pelo instituto da guarda. Inclusive, posteriormente, nada impede que a madrinha ajuíze ação de adoção de Maria.

73. Josiane procura a Defensoria Pública na cidade de Bauru e conta que seu filho Miguel, de doze anos de idade, deseja ter um contato maior com seu pai Cláudio, que mora em Campinas, a cerca de 260 km de distância. Josiane conversou com Cláudio e decidiram que Miguel iria visitá-lo



quinzenalmente em Campinas, mas como ambos os pais trabalham muito, nenhum deles poderia acompanhar o filho nas viagens. Diante desse cenário, seria correto informar Josiane que

- (A) como adolescente, Miguel pode realizar viagens nacionais independentemente de estar acompanhado por um adulto.
- (B) Miguel pode viajar acompanhado de um parente colateral, maior de idade, até o 4º grau.
- (C) Miguel pode viajar acompanhado de um adulto maior, mesmo que não seja parente, desde que haja autorização de um dos pais.
- (D) Miguel apenas poderia viajar acompanhado de um dos pais.
- (E) Miguel pode viajar acompanhado de um adulto maior, mesmo que não seja parente, desde que haja autorização judicial.

74. Eduarda comparece à Defensoria Pública e narra que seu filho Andrei, de 14 anos de idade, apresenta quadro de dependência química que o torna violento, quebrando objetos da casa e agredindo familiares, inclusive ela. Eduarda deseja a imediata internação de seu filho, por entender que tal solução é melhor para ele e para a família, mas ele resiste. Como Defensor Público, você a orienta no seguinte sentido:

- (A) como Andrei está resistindo à internação, a saída é entrar com uma ação de internação compulsória, para que ele seja internado para tratamento, mesmo contra sua vontade.
- (B) antes de buscar a internação, é preciso tentar métodos menos invasivos, como as Comunidades Terapêuticas.
- (C) Andrei deve ser encaminhado para o Serviço Residencial Terapêutico, já que tem quadro de dependência química.
- (D) Andrei deve ser encaminhado para a rede de atendimento psicossocial, mais especificamente para o CAPS i, voltado para crianças e adolescentes.
- (E) Andrei deve ser encaminhado para a rede de atendimento psicossocial, mais especificamente para o CAPS AD, voltado para dependentes de álcool e drogas.

75. Sobre a medida de acolhimento institucional, prevista no artigo 101, inciso VII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, é correto afirmar:

- (A) É medida socioeducativa aplicável à criança ou adolescente quando imputada a

prática de ato infracional, implicando na privação de sua liberdade.

(B) É medida de proteção, provisória e excepcional, aplicável à criança e ao adolescente em casos de grave ameaça ou violação a seus direitos, tendo por objetivo principal a futura reintegração familiar.

(C) Tendo em vista o objetivo máximo de restauração dos vínculos familiares, o acolhimento institucional é medida que prefere ao acolhimento familiar, que tem por objetivo a criação de vínculo da criança ou adolescente com a pretensa família substituta.

(D) A criança ou adolescente inserido em programa de acolhimento institucional terá sua situação reavaliada a cada 6 (seis) meses, permanecendo no programa no prazo máximo de 2 (dois) anos, salvo comprovada necessidade em vistas ao princípio da proteção integral.

(E) É medida de proteção de atribuição exclusiva do Conselho Tutelar, podendo ser determinada, dada a gravidade da violação aos direitos da criança ou adolescente, sem a necessidade de pronunciamento da autoridade judiciária competente.

76. Sobre o Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente, disciplinado pela Resolução 113/2006 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, é correto afirmar:

(A) O Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais, sem participação direta da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos da criança e do adolescente em níveis Federal e Estadual.

(B) Os órgãos públicos e organizações da sociedade civil que integram o Sistema de Garantias da Criança e do Adolescente deverão exercer suas funções a partir de três eixos estratégicos – defesa, promoção e controle da efetivação de direitos humanos, não podendo exercer funções em mais de um eixo.

(C) O eixo estratégico da promoção dos direitos humanos da criança e adolescente se desenvolve de maneira transversal e intersetorial, articulando todas as políticas



públicas e integrando suas ações, em favor da garantia integral dos direitos de crianças e adolescentes, sendo realizada através das instâncias públicas colegiadas próprias, tais como os conselhos dos direitos de crianças e adolescente, conselhos setoriais de formulação e controle de políticas públicas.

(D) As Varas da Infância e Juventude, o Ministério Público, as Defensorias Públicas e serviços de assessoramento jurídico, as polícias civil e militar e os Conselhos Tutelares, integram tipicamente o eixo estratégico do controle da efetivação de direitos humanos.

(E) O eixo estratégico da defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes se caracteriza pela garantia de acesso à justiça, pelo recurso às instâncias públicas e mecanismos jurídicos de proteção legal dos direitos humanos, gerais e especiais, da infância e adolescência, a fim de assegurar sua impositividade e exigibilidade concreta.

77. Com base nas disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) e no entendimento dos Tribunais Superiores, assinale a alternativa correta:

(A) Diogo, 11 anos, foi apreendido em flagrante por suposta prática de ato infracional análogo a tráfico de drogas. Tendo em vista a gravidade em abstrato do ato infracional, deverá ser aplicada a ele medida socioeducativa de internação.

(B) A intimação da sentença que aplica medida socioeducativa de semiliberdade será feita ao adolescente e ao seu defensor ou, quando não encontrado o adolescente, a seus pais ou responsável, sem prejuízo do defensor.

(C) Configuram hipóteses de não aplicação de medida socioeducativa, dentre outras: estar provada a inexistência do fato, não existir prova de ter o adolescente concorrido para o ato e, ainda, ter o adolescente alcançado a maioridade penal no curso do processo de apuração do ato infracional.

(D) A remissão, como forma de extinção do processo é concedida pelo Ministério Público e pode ou não ser cumulada com qualquer medida socioeducativa.

(E) Caso o Juízo discorde das condições da remissão oferecida pelo Ministério Público, poderá modifica-las no ato da homologação.

78. Sobre as medidas socioeducativas é correto afirmar, exceto:

(A) Segundo entendimento consolidado do Superior Tribunal de Justiça, a prescrição penal é aplicável às medidas socioeducativas.

(B) A internação, conforme previsão expressa do Estatuto da Criança e do Adolescente, se sujeita aos seguintes princípios: brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

(C) Consoante disposições do Estatuto da Criança e do Adolescente, enquanto a medida de prestação de serviços à comunidade não pode exceder o prazo de seis meses, tal prazo configura a duração mínima da medida de liberdade assistida.

(D) São condições para a aplicação de medida socioeducativa as provas suficientes da autoria e da materialidade da infração.

(E) Na medida de internação será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

79. Com base nos entendimentos dos Tribunais Superiores e na legislação pertinente, analise as seguintes assertivas:

I. Para o cumprimento das medidas socioeducativas de semiliberdade ou de internação, o plano individual de atendimento será elaborado no prazo de até 45 dias do ingresso do adolescente no programa de atendimento, já para o cumprimento das medidas de prestação de serviços à comunidade e de liberdade assistida, tal prazo será de até 15 dias.

II. É possível a expedição de mandado de busca e apreensão para localizar adolescente que descumpriu medida socioeducativa de liberdade assistida, não configurando constrangimento ilegal.

III. Não é possível que o adolescente infrator inicie o imediato cumprimento da medida socioeducativa de internação que lhe foi imposta na sentença, caso tenha interposto recurso de apelação e esteja aguardando seu julgamento.

IV. O fato de não haver vaga para o cumprimento de medida de privação da liberdade em unidade próxima da residência do adolescente infrator impõe a sua inclusão em programa de meio aberto, sendo um direito garantido pela Lei nº 12.594/12.



Estão corretas as assertivas:

- (A) I, II e III
- (B) II, III e IV
- (C) II e IV
- (D) I e II
- (E) I, II, III e IV

80. De acordo com as disposições da Lei nº 12.594/12, conhecida como Lei do SINASE, que regula o processo de execução das medidas socioeducativas, assinale a assertiva correta:

(A) Rafael, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, é sentenciado a nova medida de internação, por ato infracional praticado anteriormente ao início da execução da primeira internação, que vinha cumprindo regularmente. Nesse caso, o juiz deverá somar as duas medidas de internação, para determinar o prazo total a cumprir.

(B) Pedro, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de internação, é transferido para a medida de semiliberdade. Após, é sentenciado à nova medida de internação, por ato infracional praticado anteriormente ao início da primeira execução, que vinha cumprindo regularmente. Nesse caso, o juiz deverá unificar as duas medidas e estipular o cumprimento da execução na medida de internação, por ser a mais grave.

(C) Paula, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida, é sentenciada à medida de prestação de serviços à comunidade, por ato infracional praticado anteriormente ao início da execução da prestação de serviços à comunidade, que vinha cumprindo regularmente. Nesse caso, o juiz deverá unificar as duas medidas, com o cumprimento de forma simultânea.

(D) Bruna, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, é sentenciada à medida de internação, por ato infracional praticado após o início da execução da semiliberdade, que vinha cumprindo. Nesse caso, o juiz deverá unificar as duas medidas e estipular o cumprimento da execução na medida de internação, por ser a mais grave, respeitado o prazo máximo inicial de 3 anos, isto é, sem reinício da contagem do prazo.

(E) Luiza, adolescente em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade, é sentenciada à medida de internação, por ato

infracional praticado após o início da execução da semiliberdade, que vinha cumprindo. Nesse caso, o juiz deverá unificar as duas medidas e estipular o cumprimento da execução na medida de semiliberdade, por ser a mais branda.

Direitos Humanos

81. Considere o cordel abaixo.

Belo Monte – o Belo do Destruir
João de Castro
25 de junho de 2010*.

Presidente autoritário
Altamira visitou:
«Belo Monte! Eu construo!»...
Ironizou, insuflou...
Sorrindo de todo mundo
Em bom tom «Ele» zombou...

E zombou principalmente
Para os que diziam não.
– «É meia dúzia de jovens
que não merecem atenção!»...
Mas esquece o Presidente
que é um Movimento, uma Ação.
Ministros incompetentes**,
diz o presidente amém.

O Ibama de nada sabe
Nem o que é que o Xingu tem
Proclamaram o «holocausto»
A Lei vai... mas a Lei vem...
(...)

Democracia, Presidente,
Não impor, empurrar
De goela abaixo um Projeto
Que mil vidas vai custar.
E por se tratar de vidas,
Precisa tudo pensar.

Empurram de goela abaixo
Infelizmente é assim
O povo dizendo não!...
Governo dizendo sim!...
Meu Deus! Tem vidas humanas
E a coisa fica assim?!

A partir do cordel, é INCORRETO afirmar:

(A) O cordel denuncia os impactos socioambientais da construção da usina de Belo Monte em Altamira.

(B) Segundo a Comissão Interamericana de Direitos Humanos, o Estado Brasileiro violou



o direito a consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas durante a construção da usina de Belo Monte.

(C) A Justiça Global, Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SDDH) e a AIDA petionárias do caso Usina Belo Monte vs. Brasil já apresentaram alegações finais perante a CIDH e aguardam o relatório de mérito.

(D) Segundo os Princípios Ruggie, os Estados devem proteger contra violações dos direitos humanos cometidas em seu território e/ou sua jurisdição por terceiros, inclusive empresas.

(E) A Corte Interamericana de Direitos Humanos possui jurisprudência consolidada sobre o artigo 21 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos proteger a propriedade coletiva dos povos indígenas devido a relação intrínseca entre a terra e sua cultura.

82. O Brasil foi pioneiro na proposição de um novo mecanismo de exame da situação de direitos humanos na ONU e, na condição de membro da primeira composição do recém-criado Conselho acatou ser submetido a exame já na primeira sessão. A “troika” indicada foi composta por Gabão, Arábia Saudita e Suíça (...). (RAMOS. André de Carvalho. Curso de Direitos Humanos. São Paulo: Saraiva, 3ed., 2016, p.303)

O excerto acima está relacionado 1. a qual mecanismo de monitoramento dos direitos humanos e 2. qual a sua principal crítica?

- (A) 1. Sistema de Relatórios; 2. caráter exclusivamente político
(B) 1. Revisão Periódica Universal; 2. sigilo
(C) 1. Sistema de Relatórios; 2. sigilo
(D) 1. Revisão Periódica Universal; 2. voluntarismo dos Estado
(E) 1. Relatores Especiais; 2. Sigilo

83. Sobre os direitos das mulheres, considere as assertivas abaixo:

I. O caso Campo Algodonero vs. México é visto de forma simbólica como primeiro caso em que a Corte examinou uma situação estrutural de violência contra mulher e deu visibilidade para os feminicídios e sua impunidade na região.

II. A Corte Interamericana de Direitos Humanos rechaça a tese de que o artigo 7º da Convenção de Belém do Pará implica em um dever devida diligência reforçado de

investigar e eventualmente punir a violência contra a mulher.

III. A Convenção para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher prevê que os Estados devem implantar a licença de maternidade, com salário pago ou benefícios sociais comparáveis.

IV. A primeira responsabilização do Brasil do Comitê para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra Mulher se deu no âmbito da discussão sobre violência doméstica praticada por particulares.

É correto o que se afirma APENAS em:

- (A) I e II
(B) I, II e III
(C) I e III
(D) I e IV
(E) I, II e IV

84. “O MPF, interpretando corretamente a decisão no caso Gomes Lund, sustenta que a prática sistemática dos crimes de desaparecimento forçado, assassinato e tortura praticados por agentes públicos durante a ditadura de 1964-1985 com vistas à eliminação de opositores políticos são graves violações de direitos humanos ou crimes contra a humanidade e, segundo o Direito Internacional dos Direitos Humanos, são imprescritíveis. Esta tese foi adotada recentemente pelo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, em parecer ofertado na ADPF 320, proposta pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), visando ao cumprimento da decisão da Corte Interamericana de Direitos Humanos”. (<https://www.conjur.com.br/2014-set-16/nao-anistia-crimes-humanidade-parte-ii>)

Com base no direito internacional dos direitos humanos e partir da assertiva acima assinale a alternativa correta:

- (A) Nenhuma teoria autoriza a ADPF 320 a rever a decisão do STF da ADPF 153 que considerou constitucional a lei de anistia.
(B) A interpretação nacional dos direitos humanos realizada pelo STF na ADPF 153 é compatível com a teoria do controle de convencionalidade desenvolvida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.
(C) A decisão do caso Gomes Lund vs. Brasil não exige para a configuração de um crime contra humanidade um ataque generalizado a população civil.
(D) A teoria do duplo controle, segundo a qual, qualquer ato ou norma deve ser aprovado pelo controle de constitucionalidade nacional e o controle de convencionalidade



internacional, afasta o conflito aparente entre as ADPF 153 e 320.

(E) O Brasil não reconheceu perante a Corte Interamericana sua responsabilidade pela detenção arbitrária, tortura e assassinato de Vladimir Herzog por agentes do Estado no DOI/CODI do II Exército, em 25 de outubro de 1975.

85. Analise as assertivas sobre os procedimentos para análise das petições no Sistema Interamericano de Direitos Humanos:

I. Qualquer pessoa ou grupo de pessoas, ou entidade governamental legalmente reconhecida em um ou mais Estados-membros da Organização pode apresentar à Comissão petições em seu próprio nome ou no de terceiras pessoas, sobre violações de direitos humanos reconhecidos pelos tratados vinculados ao Sistema Interamericano ou a outro sistema internacional de proteção dos direitos humanos.

II. O requisito de esgotamento dos recursos internos para admissibilidade das petições não pode ser afastado em nenhuma hipótese pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos.

III. A petição será analisada conforme sua ordem cronológica, exceto quando o decorrer do tempo privar a petição de sua utilidade, quando se tratar de criança, idosa ou pessoa em estado terminal

IV. É possível que uma petição seja analisada de forma “per saltum” quando a decisão puder promover mudanças legislativas ou de prática estatal e evitar o recebimento de múltiplas petições sobre o mesmo assunto.

Assinale as alternativas corretas:

- (A) I e II
- (B) I e III
- (C) II, III, IV
- (D) I, III, IV
- (E) III e IV

86. A procuradora-geral da República, Raquel Dodge, enviou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), nesta segunda-feira (9), pedido de federalização da investigação dos processos relacionados às chacinas ocorridas em 1994 e 1995 na comunidade Nova Brasília, no Complexo do Alemão. Vinte e seis pessoas foram mortas e três mulheres torturadas e violadas sexualmente durante operações das polícias civil e militar do Rio de Janeiro. Ninguém foi responsabilizado pelos crimes. A medida é resultado de procedimento instaurado em 2017, no âmbito da PGR, com o objetivo de verificar se

havia causas para suscitar o chamado Incidente de Deslocamento de Competência (IDC). De acordo com Raquel Dodge, os elementos colhidos durante a apuração demonstraram que estão presentes os requisitos que autorizam a federalização do caso. “Mais que isso, as evidências impõem o deslocamento da apuração para a atribuição e competência das autoridades e órgãos federais”, reforça a PGR na peça encaminhada ao presidente do STJ, João Otávio de Noronha (<http://www.mpf.mp.br/pgr/noticias-pgr/pgr-envia-ao-stj-pedido-de-federalizacao-dos-processos-da-chacina-na-comunidade-nova-brasilia>)

Assinale a alternativa INCORRETA sobre o Incidente de Deslocamento de Competência:

(A) O IDC permite a federalização de casos de competência civil e criminal.

(B) A Corte Interamericana de Direitos Humanos determinou no caso Favela Nova Brasília que houvesse a federalização da demanda por meio do incidente de deslocamento de competência.

(C) O IDC apenas pode ser suscitado pelo Procurador Geral da República, excluindo a Defensoria Pública dos agentes legitimados.

(D) Segundo STJ, são requisitos do IDC: grave violação de direitos humanos; necessidade de assegurar o cumprimento, pelo Brasil, de obrigações decorrentes de tratados internacionais e incapacidade de o Estado-membro, por suas instituições e autoridades lidar com a demanda.

(E) O IDC foi introduzido no ordenamento jurídico brasileiro por meio de Emenda Constitucional.

87. No último dia 23, dezesseis crianças – entre eles a ambientalista sueca Greta Thunberg, de 16 anos – protocolaram denúncia contra cinco países – Brasil, Argentina, França, Alemanha e Turquia – por violação de direitos garantidos em tratado internacional de direitos humanos em decorrência da inação para reverter a crise climática (...) As dezesseis crianças petionárias alegam que os cinco Estados demandados – Alemanha, França, Brasil, Argentina e Turquia, respectivamente o 5º, 8º, 22º, 29º e 31º maiores emissores de combustíveis fósseis do mundo – são responsáveis por conscientemente causarem e perpetuarem a crise climática, violando os direitos à vida, à saúde e à cultura, conforme previsto nos Artigos 6, 24 e 30, respectivamente, da Convenção sobre os Direitos da Criança. A petição foi apresentada ao



Comitê sobre Direitos da Criança (NASCIMENTO, Jefferson. Crianças vs crise climática: 16 crianças denunciam 5 países – incluindo o Brasil – à ONU. In: Jota, 15 out. 2019. Acesso em: < <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/criancas-vs-crise-climatica-16-criancas-denunciam-5-paises-incluindo-o-brasil-a-onu-15102019>>).

Com base no excerto acima assinale a alternativa correta:

(A) As crianças podem peticionar/enviar comunicações diretamente ao Comitê das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança sem a necessidade de representante legal, diferentemente do que ocorre no ordenamento brasileiro.

(B) A petição/comunicação é inadmissível em relação ao Brasil, uma vez que o Estado não promulgou o decreto legislativo incorporando o Terceiro Protocolo Adicional à Convenção da Criança, de 2011, o qual regula o procedimento de comunicações sobre violações do tratado.

(C) Diante da importância da temática, não é necessário o esgotamento dos recursos internos para acessar o Comitê sobre os Direitos da Criança, conforme previsão do Terceiro Protocolo Adicional à Convenção sobre Direitos da Criança.

(D) A Convenção sobre os Direitos da Criança das Nações Unidas é o Tratado de Direitos Humanos com menor adesão dos países membros da ONU.

(E) O Comitê sobre os Direitos da Criança não pode analisar casos contenciosos como pretende a demanda apresentada pelas dezesseis crianças, mas apenas permite a apresentação de observações conclusivas a partir dos relatórios apresentados pelos Estados partes e a sociedade civil.

88. Sobre a relação entre direito humanitário e direito internacional dos direitos humanos assinale a alternativa correta:

(A) A Corte Interamericana de Direitos Humanos em uma série de precedentes considerou que o direito internacional dos Direitos Humanos não é complementar ao Direito Internacional Humanitário, de forma que a aplicação de um dos ramos do direito internacional exclui a do outro.

(B) A aplicação das normas de direito humanitário implica necessariamente no reconhecimento de uma situação de conflito armado.

(C) O Direito Internacional dos Direitos Humanos é o ramo mais antigo dos eixos de proteção internacional dos direitos humanos.

(D) São considerados princípios do Direito Internacional Humanitário o tratamento com humanidade e respeito; a necessidade; a proporcionalidade e a distinção entre civis e combatentes

(E) O Direito Internacional Humanitário não se preocupa com a responsabilização penal daqueles que violam suas normas e cometem crimes de guerra.

89. Apesar de existir lei estadual vedando a prática, mulheres familiares de pessoas presas são submetidas ao procedimento de revista vexatória nos presídios do interior do Estado de São Paulo, sob a justificativa de ausência de scanners corporais. Na Capital, nos presídios com scanner corporal em caso de dúvidas as mulheres vêm sendo encaminhadas compulsoriamente aos hospitais para realização de exames invasivos. Tendo em vista que a Defensoria Pública do Estado de São Paulo protocolou pedido de Ação Civil Pública requerendo a vedação da prática e indenização por danos morais ainda sem resolução, o procedimento não contencioso cabível pela defensora pública:

(A) Acionamento da Comissão de Direitos Humanos da ONU, objetivando a declaração de violação da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

(B) Acionamento da Corte Interamericana de Direitos Humanos para que seja declarada a responsabilidade internacional do Estado pela violação da Convenção Belém do Pará.

(C) Acionamento por meio de petição individual do Comitê para Eliminação de todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher das Nações Unidas

(D) Pedido de Audiência Pública durante o período de sessões da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para discussão do temática com os comissários e pedido de encaminhamentos.

(E) Pedido de medida cautelar perante a Comissão Interamericana de Direitos Humanos diante da urgência e da grave lesão aos direitos das mulheres previstos na Convenção Americana sobre Direitos Humanos.



90. Sobre o papel do Defensor/a Público/a Interamericano assinale a alternativa INCORRETA:

- (A) A existência do Defensor/a Público/a Interamericano não impede a atuação das Defensorias Públicas Estaduais, da União e do Distrito Federal que possuem competência para litigar perante os mecanismos de proteção internacional dos direitos humanos.
- (B) A ausência de representação legal ou a carência de recursos econômicos é suficiente para autorizar a atuação do/a Defensor/a Público/a Interamericano perante a Corte Interamericana.
- (C) Como forma de garantir uma continuidade do atendimento jurídico, a Resolução da AIDEF prevê que o Defensor/a Público/a atuante durante a fase da Comissão Interamericana permanece atuando no caso perante a etapa jurisdicional na Corte Interamericana, mesmo após o fim de seu mandato.
- (D) O Defensor/a Público/a Interamericano/a designado/a para o caso não poderá integrar o corpo de defensores do Estado denunciado.
- (E) A designação de Defensor/a Público/a Interamericano na Comissão exige critérios adicionais como o envolvimento de grupo de pessoas em situação de vulnerabilidade ou que o caso se refira a matérias novas para a proteção de direitos humanos na região.

Princípios e Atribuições Institucionais da Defensoria Pública do Estado

91. A jurisprudência dos Tribunais tem abarcado cada vez mais temas relativos à Defensoria Pública. Nesse sentido, assinale a alternativa incorreta:

- (A) Admite-se a intervenção da Defensoria Pública no feito como custos vulnerabilis em qualquer processo onde se discuta interesses dos vulneráveis.
- (B) A exigibilidade de atendimento integral da população carente pela Defensoria Pública está condicionada, no mínimo, ao transcurso do prazo estabelecido na EC 80/2014.
- (C) Os Defensores Públicos precisam de inscrição na OAB para exercerem suas atribuições.
- (D) Não configura o crime de desobediência (art. 330 do CP) a conduta de Defensor Público Geral que deixa de atender à requisição judicial de nomeação de defensor

público para atuar em determinada ação penal.

(E) Se uma decisão ou sentença penal é proferida pelo juiz na própria audiência, estando o Defensor Público presente, ainda assim não se pode dizer que ele foi intimado. Para que a intimação pessoal do Defensor Público se concretize, será necessária ainda a remessa dos autos à Defensoria Pública.

92. Nos termos da Lei Orgânica da Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Lei Complementar nº 988/06 – assinale a alternativa incorreta:

- (A) As decisões da Defensoria Pública do Estado, fundadas em sua autonomia funcional e administrativa e obedecidas as formalidades legais, têm auto executoriedade e eficácia plena, ressalvadas as competências constitucionais dos Poderes Judiciário e Legislativo e do Tribunal de Contas.
- (B) O Defensor Público em estágio probatório não poderá ser nomeado para cargo em comissão ou designado para função de confiança.
- (C) A Lei Complementar nº 988/06 não prevê a figura do Defensor Público Natural.
- (D) Aos defensores públicos cabe esgotar todas as instâncias recursais judiciais e administrativas possíveis no caso concreto, salvo se houver motivo justificado.
- (E) Aos defensores públicos cabe recorrer ao Sistema Interamericano dos Direitos Humanos, quando cabível, comunicando o Defensor Público-Geral do Estado e o Núcleo Especializado.

93. Maria relata um problema jurídico e pretende utilizar-se dos serviços da Defensoria Pública do Estado de São Paulo. Assinale a alternativa correta:

- (A) Em nenhuma hipótese Maria poderá ser assistida pela Defensoria Pública do Estado de São Paulo se auferir renda familiar mensal superior a três salários mínimos.
- (B) Se a ação for de usucapião, o valor do bem usucapido será considerado como patrimônio familiar.
- (C) O valor da causa interfere na avaliação econômico-financeira do interessado.



(D) No caso de violência doméstica e familiar contra a mulher, mesmo na hipótese de denegação de atendimento, a mulher vítima de violência receberá orientação sobre seus direitos, adotando-se as medidas de urgência para a garantia da incolumidade física.

(E) O exercício da defesa criminal e de curadoria criminal depende de considerações prévias sobre a situação econômico-financeira do interessado.

(D) A unidade, indivisibilidade e independência funcional, princípios institucionais da Defensoria Pública, estão previstos desde a redação original do artigo 134 da Constituição Federal.

(E) A atuação extrajudicial e a defesa de direitos coletivos possuem apenas previsão na Lei Orgânica Nacional (LC 80/94), mas não na Constituição Federal.

94. Considerando a Constituição do Estado de São Paulo e a história da Defensoria Pública no país, assinale a alternativa correta:

(A) Na Constituição do Estado de São Paulo, o Defensor Público Geral tem prerrogativa de foro nas infrações penais comuns.

(B) A Defensoria Pública não prestará assistência jurídica aos índios do Estado, suas comunidades e organizações, posto que tal função será da Defensoria Pública da União.

(C) A Defensoria Pública do Estado de São Paulo nasceu de um movimento político, e não de um movimento popular.

(D) O primeiro órgão de assistência judiciária foi previsto na Constituição Federal de 1934.

(E) O direito a assistência jurídica gratuita é universal.

95. Com o advento da Constituição Federal de 1988, a Defensoria Pública foi expressamente prevista como órgão responsável pela assistência jurídica aos necessitados. Entretanto, diversas emendas constitucionais promoveram importantes alterações na organização da instituição. Sobre o tema, é **CORRETO** afirmar:

(A) Com o advento da EC 69/2012, a Constituição Federal passou a ser organizada de modo que a Defensoria Pública adquiriu uma Seção própria, sendo separada, topologicamente, da Seção que dividia com a advocacia.

(B) A EC 45/2004 passou a assegurar autonomia funcional e administrativa à Defensoria Pública da União, dos Estados e do Distrito Federal.

(C) A Defensoria Pública, com a EC 80/14, passou a ser a única instituição com previsão constitucional para a promoção dos direitos humanos.

96. Sobre a autonomia da Defensoria Pública, assinale a alternativa correta:

(A) Não ofende a autonomia da Defensoria Pública norma que prevê obrigatoriedade de convênio com a Ordem dos Advogados do Brasil.

(B) É possível que determinado Estado crie sua respectiva Defensoria Pública vinculada à Secretária de Justiça.

(C) A Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu que não é cabível o controle da qualidade dos serviços prestados pela Defensoria Pública.

(D) A Defensoria tem autonomia para elaboração de sua proposta orçamentária, que pode ser reduzida pelo Poder Executivo com o intuito de redirecionar parte do orçamento para setor de maior interesse governamental.

(E) A autonomia das Defensorias Públicas já foi objeto de recomendação aos Estados por meio da Resolução 2656/11 da Organização dos Estados Americanos (OEA).

97. Sobre os direitos dos usuários da Defensoria Pública, considere as assertivas abaixo:

I. A Lei Orgânica Nacional (LC 80/94) contém previsão expressa sobre os direitos dos usuários desde a publicação de seu texto original.

II. João e Maria pretendem se divorciar de forma litigiosa. Para maior eficiência nos serviços prestados, a Defensoria Pública deverá nomear um único Defensor para cuidar dos interesses de ambos.

III. A participação na definição das diretrizes institucionais da Defensoria Pública e no acompanhamento da fiscalização das ações e projetos desenvolvidos pela Instituição é um direito previsto na LC 80/94.

IV. Aos usuários é garantido o acompanhamento da conduta pública dos membros e servidores da



1º SIMULADO 2020 – CURSO POPULAR DA DEFENSORIA

Defensoria Pública, conforme previsão na LC 988/06.

Está correto o que se afirma apenas em:

- (A) I.
- (B) I, II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e III.
- (E) IV.

98. Nos termos da LC 80/94, são prerrogativas dos membros da Defensoria Pública do Estado, EXCETO:

- (A) a independência funcional no desempenho de suas atribuições.
- (B) Usar vestes talares e as insígnias privativas da Defensoria Pública.
- (C) representar a parte, em feito administrativo ou judicial, independentemente de mandato, ressalvados os casos para os quais a lei exija poderes especiais.
- (D) ser ouvido como testemunha, em qualquer processo ou procedimento, em dia, hora e local previamente ajustados com a autoridade competente.
- (E) examinar, em qualquer repartição pública, autos de flagrantes, inquéritos e processos, assegurada a obtenção de cópias e podendo tomar apontamentos.

99. A respeito das funções institucionais da Defensoria Pública, assinale a alternativa CORRETA:

- (A) Além dos honorários sucumbenciais, o exercício da curadoria especial garante à Defensoria Pública o recebimento de honorários pagos pelo curatelado, conforme entendimento pacífico no Superior Tribunal de Justiça.
- (B) Apesar de inexistir previsão legal específica nesse sentido, doutrina e jurisprudência afirmam a possibilidade de a Defensoria Pública atuar na defesa de suas funções institucionais.
- (C) Não torna a prisão ilegal a ausência de comunicação à Defensoria sobre prisão em flagrante de preso que não constitui advogado, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça.
- (D) A convocação de audiências públicas pela instituição independe da matéria discutida.

(E) O acordo celebrado pelo Defensor Público valerá como título extrajudicial após homologação por sentença.

100. Sobre a organização da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, de acordo com Lei Complementar Estadual 988/06, são Órgãos da Administração Superior:

- (A) Escola da Defensoria Pública e Defensoria Pública-Geral.
- (B) Coordenadoria Geral de Administração e Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.
- (C) Terceira Subdefensoria Pública-Geral e Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado.
- (D) Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública do Estado e Núcleos Especializados.
- (E) Escola da Defensoria Pública e Conselho Superior da Defensoria Pública do Estado.



GABARITO

1		21		41		61		81	
2		22		42		62		82	
3		23		43		63		83	
4		24		44		64		84	
5		25		45		65		85	
6		26		46		66		86	
7		27		47		67		87	
8		28		48		68		88	
9		29		49		69		89	
10		30		50		70		90	
11		31		51		71		91	
12		32		52		72		92	
13		33		53		73		93	
14		34		54		74		94	
15		35		55		75		95	
16		36		56		76		96	
17		37		57		77		97	
18		38		58		78		98	
19		39		59		79		99	
20		40		60		80		100	